

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ

**CARTA ANUAL DE
POLÍTICAS PÚBLICAS E
GOVERNANÇA
CORPORATIVA**



ABRIL/2026

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	03
LISTA DE FIGURAS.....	04
LISTA DE TABELAS	05
1. IDENTIFICAÇÃO GERAL	06
2. POLÍTICAS PÚBLICAS	08
2.1. Interesse público subjacente às atividades empresariais	08
2.2. Atendimento às políticas públicas	09
2.3. Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas	12
2.4. Recursos para custeio das políticas públicas	17
2.5. Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas	19
2.6. Comentários dos administradores sobre o desempenho	21
2.6.1. Análise crítica dos resultados	28
2.7. Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas	30
2.8. Aderência aos ODS e iniciativas de ESG	32
3. GOVERNANÇA CORPORATIVA	34
3.1. Atividades desenvolvidas	34
3.2. Informações societárias e governança corporativa	34
3.3. Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos	36
3.4. Fatores de risco	41
3.5. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho	43
3.6. Políticas e práticas de governança corporativa	47
3.7. Descrição da composição e da remuneração da administração	49
3.8. Inovações em governança corporativa	52

Aprovado em Deliberação CONSAD nº

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ**CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA****LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CDC	Companhia Docas do Ceará
CODCON	Coordenadoria de Controle Interno
CODPLA	Coordenadoria de Planejamento Estratégico
CONFIS	Conselho Fiscal
CONSAD	Conselho de Administração
DIAFIN	Diretoria de Administração e Finanças
DIRCOM	Diretoria Comercial
DIREXE	Diretoria Executiva
DIEGEP	Diretoria de Infraestrutura e Gestão Portuária
DIRPRE	Diretoria da Presidência
EBITDA	<i>Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization</i>
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
HVM	Honorário Variável Mensal
IDA	Índice de Desenvolvimento Ambiental
IGAP	Índice de Gestão da Autoridade Portuária
IG-SEST	Índice de Governança da Secretaria de Coordenação das Estatais
MAPA	Ministério de Agricultura e Pecuária
MPOR	Ministério dos Portos e Aeroportos
PDZ	Plano de Desenvolvimento e Zoneamento
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PMBOK	<i>Project Management Body of Knowledge</i>
RVA	Remuneração Variável Anual dos Dirigentes
RFB	Receita Federal do Brasil
RMR	Reunião de Monitoramento de Resultados
TEU	<i>Twenty feet Equivalent Unit (unid. equivalente a um contêiner de 20 pés)</i>
TI	Tecnologia da Informação
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
PNT	Política Nacional de Transportes

PNL	Política Nacional de Logística
SNP	Secretaria Nacional de Portos
PPA	Plano Plurianual
TMP	Terminal Marítimo de Passageiros
CGU	Controladoria Geral da União
TCU	Tribunal de Contas da União
OCR	<i>Optical Character Recognition</i> (reconhecimento óptico de caracteres)
EGP	Escritório de Gerenciamento de Projetos
COAUD	Comitê de Auditoria
SEST	Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
MGI	Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Correlação entre instrumentos de planejamento.....	14
Figura 2 – Mapa estratégico CDC 2025 -2029.....	15
Figura 3 – Alinhamento do Planejamento Estratégico com os ODS	32
Figura 4 – Cadeia de Valor da CDC.....	34
Figura 5 – Governança Corporativa	35
Figura 6 – Processo de Gestão de Riscos	38
Figura 7 – Atribuições na Gestão de Riscos.....	38
Figura 8 – Sistema de Governança da CDC.....	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores do Plano de Negócios e Metas CDC	16
Tabela 2 – Execução Orçamentária do OI - CDC	18
Tabela 3 – Relação entre investimentos e políticas públicas.....	18
Tabela 4 – Execução orçamentária do OI 2021 a 2025	20
Tabela 5 – Resultados financeiros Indicadores Sustentabilidade Financeira (Planejamento Estratégico 2025 - 2029)	22
Tabela 6 – Indicadores Sociedade e Mercado (Planejamento Estratégico 2025-2029)	24
Tabela 7 – Indicadores processos (Planejamento Estratégico 2025-2029)	26
Tabela 8 – Indicadores aprendizado e crescimento (Planejamento Estratégico 2025-2029)	28
Tabela 9 – Resultados HVM 2025.....	28
Tabela 10 – Indicadores e metas do Planejamento Estratégico - 2026 a 2030.....	30
Tabela 11 – Controle acionário da CDC	35
Tabela 12 – Evolução do indicador EBITDA ajustado da CDC - 2021-2025.....	44
Tabela 13 – Demonstrações de Resultado CDC 2021 a 2025	45
Tabela 14 – Comportamento das despesas 2025 x 2024.....	46
Tabela 15 – Balanço Patrimonial Resumido 2025 x 2024.....	46
Tabela 16 – Indicadores econômico-financeiros 2025 x 2024.....	47
Tabela 17 – Remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria	50
Tabela 18 – Indicadores e metas do programa de Remuneração Variável de 2025 da CDC.	51

Em atenção ao disposto no art. 8º, incisos I e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, o Conselho de Administração subscreve a presente Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa referente ao exercício social de 2025.

1. IDENTIFICAÇÃO GERAL

CNPJ: 07.223.670/0001-16. NIRE: 23300003144

Sede: Praça Amigos da Marinha, S/N – Mucuripe – Fortaleza/Ceará

Tipo de estatal: Empresa Pública

Acionista controlador: União

Tipo societário: Sociedade Anônima

Tipo de capital: Fechado

Abrangência de atuação: Estado do Ceará

Setor de atuação: Infraestrutura; administração e exploração comercial do Porto de Fortaleza, atuando como Autoridade Portuária.

Diretor Financeiro:

Ivo Novais Dias Montenegro

Telefone: (85) 3266-8850

E-mail: ivo.montenegro@docasdoceara.com.br

Audidores Independentes atuais da empresa:

Empresa: AUDIPLAC – Auditoria e Assessoria Contábil S/S

Representantes: José Teixeira de Souza Filho/ Rafael Miranda de Figueiredo Telefone: (85) 3261-2972/3244-7154

E-mail: diretoria@audiplacauditoria.com.br/ auditoria@audiplacauditoria.com.br

Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa:

Eliana Nascimento de Oliveira

CPF: xxx.648.983-xx

CPF: xxx.312.476-xx

Bruno Iughetti

CPF: xxx.690.518-xx

Carlos Murilo de Azevedo Pires

CPF: xxx.979.451-xx

Janira Tripodi Borja

CPF: xxx.829.705-xx

Marlos Costa de Andrade

Data de divulgação: Maio/2026

2. POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conformidade com a Lei nº 13.303/2016, nos termos do seu art. 8º, incisos I, III e VIII, a presente carta corporativa tem por finalidade explicitar os compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas pela estatal, em atendimento ao interesse coletivo que justificou a sua criação, com definição clara dos recursos empregados para esse fim, bem como dos impactos econômico-financeiros da consecução desses objetivos e da divulgação de informações relevantes.

A Companhia Docas do Ceará (CDC), guiada pelas diretrizes governamentais federais, prezando pela boa governança e transparência e respeitando as melhores práticas de gestão, apresenta o relato das ações executadas, metas alcançadas, resultados econômico-financeiros, entre outras informações pertinentes, que representam a melhoria da gestão da empresa em 2025.

Como avanços do período, destacam-se os resultados econômico-financeiros, que fortalecem a busca da sustentabilidade financeira da empresa, a atração de novas cargas, como a exportação de frutas como carga geral e a importação de elementos para parques eólicos e a melhoria geral da gestão da companhia.

2.1 Interesse público subjacente às atividades empresariais

A Companhia Docas do Ceará (CDC) tem por objeto exercer as funções de autoridade portuária, no âmbito dos portos organizados no Estado do Ceará, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais. Devido ao relevante interesse coletivo envolvido na referida atividade, é considerada, assim, uma empresa prestadora de serviços públicos.

A Companhia Docas do Ceará é uma empresa pública, revestida sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), e tem por missão desenvolver e administrar o Porto de Fortaleza, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes, sendo indutor do comércio e do desenvolvimento econômico, com responsabilidade socioambiental.

Abaixo, segue o histórico normativo de criação da Companhia:

- I. Em 20 de dezembro de 1933, por meio do Decreto nº 23.606, foi outorgada ao Governo do Estado do Ceará a concessão para construção, aparelhamento e exploração do Porto de Fortaleza, pelo prazo de 60 anos;*
- a) A Companhia Docas do Ceará é constituída por meio da Resolução CNPVN nº 182.1, de 25/03/1965, nos termos da Lei nº 4.213, de 14/02/1963, e do Decreto nº 54.046, de 23/07/1964, na forma de sociedade de economia mista, de capital autorizado, com a finalidade de explorar, industrial e comercialmente, os portos do Estado do Ceará;*
- b) A Lei nº 6.222, de 10 de julho de 1975, de criação da Empresa de Portos do Brasil S/A – PORTOBRÁS, empresa*

pública que tinha por atribuição coordenar todo o sistema portuário brasileiro, transforma a Companhia Docas do Ceará em subsidiária da PORTOBRÁS, passando a ser regida pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

- c) Com a extinção da PORTOBRÁS, em 1990, a Companhia passa a ter vínculo direto com o Ministério da Infraestrutura, pasta criada para englobar os ministérios dos Transportes e Comunicação, que, em 1995, voltaram à situação anterior, retornando a área de transportes para a esfera de competência do Ministério dos Transportes, assim como o vínculo da CDC;*
- d) Como as demais empresas estatais, a Companhia é regida pela Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e pelas demais legislações aplicáveis e, como autoridade portuária, rege-se pela Lei nº 12.815, de 05 de junho de 2013, Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013;*
- e) Em 2018, a CDC teve substituída sua natureza jurídica de sociedade de economia mista para empresa pública, nos termos do art. 91 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.*

2.2 Atendimento às políticas públicas

A Companhia Docas do Ceará (CDC) tem suas atividades empresariais focadas no setor portuário, especificamente no Porto de Fortaleza, administrando-o e exercendo o papel institucional de Autoridade Portuária, nos termos que dispõe a Lei nº 12.815/13, marco regulatório dos portos, notadamente quanto ao que dispõe o art. 17, que aduz ser a administração portuária exercida diretamente pela União, pela delegatária ou pela entidade concessionária.

Os serviços de administração portuária constituem-se em **monopólio estatal da União**, conforme previsão constitucional (art. 21, XII, “f”), sendo que há a possibilidade de a União outorgar a uma empresa governamental o exercício desse encargo, sem que se perca o atributo de prestação de serviço público.

Dessa forma, em perfeito alinhamento com o interesse público, a CDC atua no desenvolvimento de atividades que visam atender às Políticas Públicas do Setor Portuário e ao seu objeto social, em consonância com os artigos 4º e 5º do Estatuto Social da empresa, sem exclusão de outros casos atribuídos em lei à Administração do Porto Organizado, em especial a Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, o Decreto nº 9.048, de 10 de maio de 2017 e o Decreto nº 8.033, de 27 de junho de 2013.

As competências da CDC referem-se à:

- II. Prover infraestrutura:
 - a. Fiscalizar ou executar as obras de construção, reforma, ampliação, melhoramento e conservação das instalações portuárias;
 - b. Promover a realização de obras e serviços de construção e melhoramento dos portos, de suas infraestruturas de proteção e de acesso aquaviário sob sua

- jurisdição ou responsabilidade;
 - c. Promover a realização de obras e serviços necessários à proteção dos portos ou de seus acessos, sob sua jurisdição ou responsabilidade;
 - d. Promover a remoção de embarcações ou cascos de embarcações que possam prejudicar o acesso ao porto.
- III. Organizar a atividade portuária:
- a. Autorizar a entrada e saída, inclusive atracação e desatracação, o fundeio e o tráfego de embarcação na área do porto, ouvidas as demais autoridades do porto;
 - b. Autorizar a movimentação de carga das embarcações, ressalvada a competência da autoridade marítima em situações de assistência e salvamento de embarcação, ouvidas as demais autoridades do porto;
 - c. Suspender operações portuárias que prejudiquem o funcionamento do porto, ressalvados os aspectos de interesse da autoridade marítima responsável pela segurança do tráfego aquaviário;
 - d. Estabelecer o regulamento de exploração do porto, observadas as diretrizes da Secretaria Nacional de Portos, do Ministério de Portos e Aeroportos;
 - e. Assegurar o gozo das vantagens decorrentes do melhoramento e aparelhamento do porto ao comércio e à navegação;
 - f. Pré-qualificar os operadores portuários, de acordo com as normas estabelecidas pelo poder concedente.
- IV. Fiscalização da atividade portuária:
- a. Fiscalizar a operação portuária, zelando pela realização das atividades com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente;
 - b. Reportar infrações e representar perante a Antaq, visando à instauração de processo administrativo e aplicação das penalidades previstas em lei, em regulamento e nos contratos;
 - c. Fiscalizar as áreas e instalações portuárias arrendadas, dentro dos limites dos portos organizados da CDC.
- V. Planejar a exploração das atividades portuárias:
- a. Elaborar, revisar e submeter à aprovação do Ministério de Portos e Aeroportos, o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento - PDZ dos portos sob sua competência ou cuja administração esteja sob sua responsabilidade;
 - b. Explorar, direta ou indiretamente, as áreas não afetas às operações portuárias, desde que as destinações estejam previstas no Plano de Desenvolvimento e

Zoneamento do Porto a critério da Secretaria Nacional de Portos, do Ministério de Portos e Aeroportos;

- c. Elaborar o edital e realizar os procedimentos licitatórios para contratos de concessão e arrendamentos, sempre que determinado pela Secretaria Nacional de Portos, do Ministério de Portos e Aeroportos, nos termos do §5º do art. 6º da Lei nº 12.815/ 2013; e
- d. Arrecadar os valores das tarifas relativas às suas atividades.

Além disso, a CDC realiza as seguintes atribuições:

- I. Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos e os contratos de concessão;
- II. Adotar as medidas solicitadas pelas demais autoridades no porto;
- III. Prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho de Autoridade Portuária e ao órgão de gestão de mão de obra;
- IV. Estabelecer o horário de funcionamento do porto, observadas as diretrizes do Ministério a qual se vincula, e as jornadas de trabalho no cais de uso público;
- V. Organizar a guarda portuária, em conformidade com a regulamentação expedida pelo poder concedente;
- VI. Estabelecer, se necessário, escritórios ou representações;
- VII. Decidir sobre conflitos que envolvam agentes que atuam no porto organizado, ressalvadas as competências das demais autoridades públicas;
- VIII. Exercer a coordenação das comissões locais de autoridades nos portos.

As atividades do Porto de Fortaleza são desenvolvidas alinhadas aos seus valores internos: ética, responsabilidade, transparência, integridade, orientadas pela busca contínua de resultados.

A Companhia Docas do Ceará exerce papel estratégico para o desenvolvimento econômico e social do Estado do Ceará, atuando como infraestrutura logística essencial para o comércio exterior, abastecimento regional e integração das cadeias produtivas nacionais e internacionais. O Porto de Fortaleza possui relevância histórica e operacional na movimentação de grãos líquidos, especialmente combustíveis, contribuindo diretamente para o abastecimento da capital cearense e de parte significativa da Região Metropolitana de Fortaleza. Além disso, destaca-se nacionalmente como importante polo trigueiro do país, sendo referência na importação de trigo destinado à indústria alimentícia regional, com impacto direto na cadeia produtiva de massas, panificação e derivados no Nordeste. O Porto também desempenha papel relevante na logística de exportação de frutas e demais produtos do agronegócio nordestino, fortalecendo a competitividade regional e ampliando a inserção do Ceará no comércio internacional.

A atuação da CDC gera impactos relevantes sobre a economia local e regional, considerando os empregos diretos, indiretos e induzidos relacionados às operações portuárias, cadeia logística, transportes, serviços marítimos, turismo e atividades industriais vinculadas ao Porto de Fortaleza. A Companhia atua ainda como indutora de desenvolvimento regional, promovendo investimentos em infraestrutura, modernização operacional e sustentabilidade, alinhados às diretrizes do Ministério de Portos e Aeroportos. Como ativo estratégico para a competitividade econômica e para a relação porto-cidade, a presença do Terminal Marítimo de Passageiros e a operação de cruzeiros marítimos também reforçam a integração urbana e turística da capital cearense, gerando externalidades positivas para os setores de comércio, hotelaria, serviços e economia criativa.

2.3 Metas relativas ao desenvolvimento de atividades que atendam aos objetivos de políticas públicas

Em 2025, a CDC esteve vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR), conforme sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 11.979, de 08 de abril de 2024, e continuou desempenhando relevante papel para a operacionalização das políticas públicas portuárias do Ministério, principalmente para o atingimento dos objetivos definidos na Política Nacional de Transportes (PNT), no Planejamento Estratégico Institucional do Ministério Supervisor, bem como às diretrizes do Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 (PPA 2024-2027).

De acordo com o Plano Plurianual 2024-2027, estabelecido pela Lei nº 14.802/2024, existem 35 objetivos estratégicos organizados em 03 (três) eixos: desenvolvimento social e garantia de direitos; desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática; e, defesa da democracia e reconstrução do Estado e da soberania.

As diretrizes sob as quais estão subordinadas as políticas públicas do Ministério Supervisor, no caso do Ministério de Portos e Aeroportos, citadas no referido documento, encontram-se listadas a seguir:

- promover a inclusão econômica e social e a melhoria da qualidade de vida da população, com garantia de direitos e cidadania;
- promover a redução das desigualdades sociais e regionais;
- valorizar a diversidade cultural e regional;
- fortalecer a equidade de gênero, raça, etnia com respeito à orientação sexual e a garantia da inclusão de idosos e pessoas com deficiência;

- contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos;
- apoiar a transição para a economia verde, digital e criativa com fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação;
- fortalecer a dimensão socioambiental nas políticas públicas;
- promover a transparência e a gestão participativa na elaboração e implementação do orçamento e das políticas públicas, com foco em seus beneficiários e em seus resultados;
- atuar em articulação com movimentos sociais e agentes públicos, privados e do terceiro setor visando mobilizar competências e recursos para ampliar a capacidade de atuação do Estado;
- promover a cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável;
- potencializar a cooperação federativa;
- assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente, fiscal e socialmente responsável; e,
- promover a gestão pública inovadora e efetiva, fomentando a transformação digital.

Diretrizes mais direcionadas a cada um dos subsistemas federais de transportes, dentre eles o aquaviário, estão presentes na Política Nacional de Logística, instituída pela Portaria nº 235 do então Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, de 28 de março de 2018, e, complementarmente, nos instrumentos previstos no Planejamento Integrado de Transportes, definido pela Portaria nº 123 do então Ministério da Infraestrutura, de 21 de agosto de 2020, com destaque para o Plano Nacional de Logística (PNL) que serve de referencial de planejamento para a identificação de necessidades e oportunidades do setor.

O Porto de Fortaleza figura como capacidade ofertada ao Sistema de Transportes e cuja ampliação para atendimento da demanda futura e redução de custos logísticos está prevista atualmente tanto no Plano Nacional de Logística 2035, que prevê a execução de projetos neste porto nos seus diversos cenários de análise, incluindo investimentos necessários ao aumento de capacidade de movimentação de cargas gerais containerizadas e não containerizadas, granéis líquidos, granéis sólidos agrícolas e outros granéis sólidos minerais.

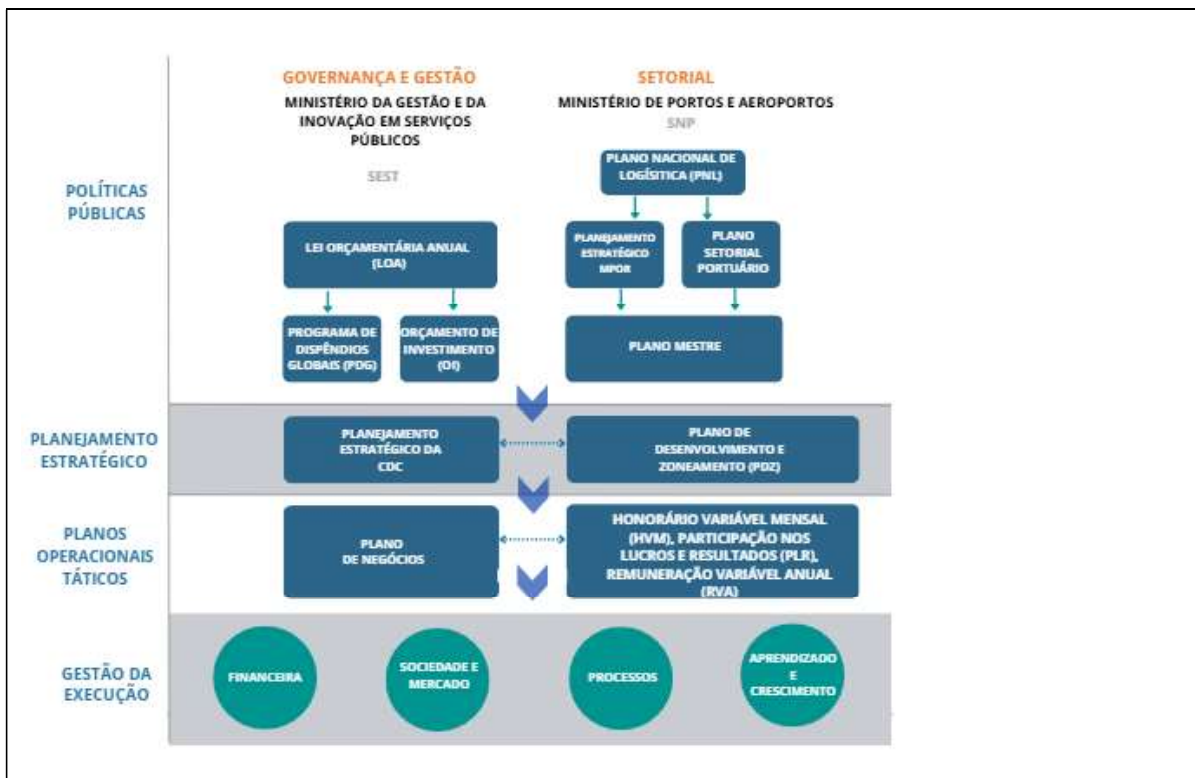
A aplicação das políticas no contexto regional é traduzida pelo Plano Mestre do Complexo

Portuário de Fortaleza e Pecém que prevê, além da ampliação de capacidade, ações de aprimoramento da governança e modernização da gestão portuária; promoção da sustentabilidade ambiental; melhoria da produtividade, dos níveis de serviços e aperfeiçoamento dos fluxos logísticos para movimentação de carga e transporte de passageiros.

Para o atingimento das diretrizes, dos objetivos, bem como execução das ações definidas nos instrumentos de planejamento e para cumprir seu papel nas políticas públicas do setor, a CDC e o Porto de Fortaleza contam com vantagens relacionadas à sua localização estratégica, tanto com relação a importantes mercados internacionais, quanto com usuários finais de serviços e bens de consumo, além de contar com infraestrutura consolidada para acesso por diversos modos de transporte. Destaca-se, ainda, a participação importante no desenvolvimento econômico e social por meio da área de influência do Porto de Fortaleza que abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, estendendo-se também às regiões Norte, Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco, provendo infraestrutura para o escoamento de produtos locais e regionais.

O Planejamento Integrado, com o relacionamento entre instrumentos de planejamento que orientam as políticas desdobradas pela CDC com metas específicas para o Porto, encontra-se representado na figura a seguir:

Figura 1 - Correlação entre instrumentos de planejamento



Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2026)

À luz dessa correlação, a CDC estabeleceu seu mapa estratégico, contendo os objetivos para cumprimento da sua missão de desenvolver e administrar o Porto de Fortaleza, oferecendo serviços e infraestrutura eficientes, sendo indutor do comércio e do desenvolvimento econômico com responsabilidade socioambiental, e de forma a alcançar sua visão. A visão da CDC é, até 2028, ser reconhecida como Autoridade Portuária referência no Nordeste, pela gestão portuária eficiente e ambientalmente sustentável. A CDC tem como valores: ética, responsabilidade socioambiental, transparência e integridade.

Figura 2 - Mapa estratégico CDC 2025 -2029



Fonte: Plano Estratégico 2025-2029 (2026)

A partir dos objetivos do Mapa Estratégico da CDC, foram definidas perspectivas estratégicas com indicadores a serem monitorados, e dessa forma, por meio de um Plano de Negócios, ser capaz de avaliar as ações estruturantes fundamentais para o desempenho e a sustentabilidade da empresa.

Para 2025, foram propostos indicadores e metas para mensurar a aproximação da Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, conforme apresentado a seguir: Tabela 1 - Indicadores do Plano de Negócios e Metas CDC.

Tabela 1 - Indicadores do Plano de Negócios e Metas CDC

PERSPECTIVA	INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	FREQ	META 2025	RESULTADO 2025	% META 2025
Resultados	Resultado econômico	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Lucro ou prejuízo do exercício (DRE)	R\$ mil	Mensal	7,86	3,08	39,1%
	EBITDA	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Resultado Econômico - Amortização - Depreciação - Variações Monetárias - Outros Custos	R\$ mil	Mensal	15,58	8,86	56,87%
	Receita	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Receitas Industrial Líquida + Receitas Financeiras + Receitas de Aluguéis + Outras receitas - Estornos	R\$ mil	Mensal	126,42	104,32	82,5%
	Plano ESG	Promover o desenvolvimento econômico da região de influência	Ações realizadas / Ações previstas	%	Trimestral	80	78,8	98,5%
	IDA	Realizar a atividade portuária de forma ambientalmente sustentável	Índice geral do IDA	%	Anual	90,47	91,12	100,7%
Sociedade e Mercado	Plano de Comunicação	Promover a comunicação institucional transparente, ampla e eficaz	Ações realizadas / Ações previstas	%	Trimestral	90	85,6	95,1%
	Satisfação dos usuários e stakeholders	Obter excelência no relacionamento com as partes interessadas	Nível de satisfação dos clientes do porto	%	Anual	84,42	84,3	99,9%
	Áreas Exploradas	Potencializar o uso dos ativos do Porto por meio de novas alternativas de negócio	Áreas arrendadas ou cedidas / Áreas total disponível para cessão ou arrendamento do PDZ X 100	%	Trimestral	51,2	37,7	73,6%
	Movimentação de cargas	Potencializar o uso dos ativos do Porto por meio de novas alternativas de negócio	Total de carga movimentada no período	Mil ton.	Mensal	5.094	4.958	97,3%
Processos	IG SEST	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	Índice geral do IG-SEST	Un.	Anual	8,90	- *	-
	IGAP	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	Índice geral do IGAP	Un.	Anual	7,2	8,3	115,28%
	Ações de Integridade	Aprimorar e padronizar os processos e os	Ações realizadas / Ações previstas	%	Trimestral	90	86,4	96%

		instrumentos de governança, controle e integridade							
	Plano de Segurança	Ser eficiente na gestão da segurança portuária	Ações realizadas / Ações previstas	%	Trimestral	80	61,1	76,38%	
	Execução Orçamentária	Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura portuária	Execução do orçamento de investimento no período / Orçamento investimento aprovado no ano x 100	%	Mensal	30	37,88	126,27%	
	Plano de ações de TI	Promover a gestão dos processos e ativos de TIC	Ações realizadas / Ações previstas	%	Trimestral	80	68,7	85,88%	
	Prancha média (líquida)	Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura portuária	Qtde de carga movimentada pelos navios / nº horas atracados	Granel sólido cereal	ton/h	Mensal	340	446,9	131,44%
Contêiner				ton/h	Mensal	18	24,6	136,67%	
Granel sólido mineral				ton/h	Mensal	235	264,9	112,72%	
Granel líquido				ton/h	Mensal	35	72,1	206%	
Aprendizado e Crescimento	Plano de capacitação	Desenvolver e reconhecer competências internas	Horas de capacitação / Nº de empregados	h/empregado	Mensal	20	24,9	124,5%	
	Plano de Qualidade de Vida no Trabalho	Fomentar a cultura orientada para a satisfação dos colaboradores	Ações realizadas / Ações previstas	%	Trimestral	80	81,8	102,25%	

* Em 2025 ocorreu ciclo de avaliação do indicador, entretanto o resultado ainda não foi divulgado pelo órgão competente.

Fonte: Planejamento Estratégico - 2025-2029 (2026)

A CDC também acompanha o cumprimento das metas de gestão constantes em Honorário Variável Mensal (HVM). As iniciativas são propostas pela Secretaria Nacional de Portos - SNP e pelo Conselho de Administração, e representam um mecanismo de mensuração e cumprimento de políticas públicas nos temas de Planejamento e Desenvolvimento Portuário, Gestão Logística e de Operações, Gestão Patrimonial, Sustentabilidade Econômico-financeira e Governança, Gestão Administrativa e de Pessoas, Sustentabilidade Ambiental e Integração com a Comunidade.

2.4 Recursos para custeio das políticas públicas

As atividades desenvolvidas pela Companhia Docas do Ceará (CDC) em 2025 foram custeadas, exclusivamente, com recursos próprios, advindos, sobretudo, das receitas tarifárias arrecadadas em decorrência da operação portuária. Também contribui com o custeio das atividades portuárias, a receita patrimonial, oriunda dos arrendamentos, concessões e explorações de áreas, e, ainda, com

menor participação, as receitas de aplicações financeiras.

Eventualmente, a CDC pode contar também com a participação da União, por meio de recursos repassados pelo Tesouro Nacional, mediante lei específica, para a execução de investimentos na infraestrutura e superestrutura portuária (projetos específicos, obras). Registra-se que não houve recebimento de recursos da União, em 2025.

Segue a Tabela 2 com a execução de investimentos realizados em 2025.

Tabela 2 – Execução Orçamentária do OI - CDC

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			
RUBRICAS	VALORES EXECUTADOS (R\$)		
	2024	2025	VARIAÇÃO % 2025/2024
INVESTIMENTOS TOTAIS	5.928.692	15.945.478	168,95%
RECURSOS PRÓPRIOS	5.928.692	15.945.478	168,95%
Manutenção e adequação de bens imóveis	493.172	2.229.248	352%
Manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos	264.092	357.684	35%
Manutenção e adequação de ativos de informática, informação e teleprocessamento	106.162	77.570	-27%
Estudos para o desenvolvimento do setor portuário	320.854	856.587	167%
Estudos e projetos para infraestrutura portuária	971.332	2.212.676	128%
Adequação de instalações de acostagem, de movimentação e armazenagem de cargas	749.007	884.454	18%
Adequação de instalações gerais e de suprimentos no Porto de Fortaleza (CE)	1.605.491	7.852.610	389%
Adequação de instalações de proteção à atracação e operação de navios, no Porto de Fortaleza (CE)	1.418.582	1.474.649	4%

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2026)

Os investimentos realizados pela CDC estão alinhados aos objetivos definidos na Política Nacional de Transportes (PNT), às diretrizes do Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027 (PPA 2024-2027) e às diretrizes do Plano Nacional de Logística (PNL), assim como aos objetivos sinalizados no Plano Mestre do Complexo Portuário de Fortaleza e Pecém, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 - Relação entre investimentos e políticas públicas

Ação / Projeto	Investimento em 2025 (R\$)	Dimensão do Planejamento Estratégico (2025-2029)	Política Pública Relacionada	Diretriz / Objetivo da Política Pública Relacionada
Construção de novo galpão de vistoria de cargas da Receita Federal do Brasil	636.627	Processos	PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga

Câmeras do CFTV	1.377.293	Processos	PPA	Promover a eficiência, a qualidade e a segurança do sistema de transporte aquaviário, aumentando a sua disponibilidade e competitividade
Construção do novo gate	3.266.506	Processos	PNT	Otimizar a inteligência logística na gestão de acesso aos portos
Revitalização do prédio administrativo	821.138	Processos	PNT	Gestão Portuária para aprimoramento das atividades e processos da Administração do Porto
Reforma e adaptação do prédio para a guarda de arquivos	670.253	Processos	PNT	Gestão Portuária para aprimoramento das atividades e processos da Administração do Porto
Novo elevador da sede administrativa	635.272	Processos	PNT	Gestão Portuária para aprimoramento das atividades e processos da Administração do Porto
Estudos e projetos	2.212.676	Processos	PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga. Revitalizar áreas portuárias, fortalecendo a interação entre porto e cidade
Aquisição de gradil de separação de público	54.400	Processos	PNT	Gestão Portuária para aprimoramento das atividades e processos da Administração do Porto
Aquisição de computadores e hardwares	77.570	Processos	PNT	Gestão Portuária para aprimoramento das atividades e processos da Administração do Porto
Defensas portuárias	1.474.649	Processos	Plano Mestre	Investimentos Portuários em infraestrutura para incremento da capacidade e atendimento da movimentação esperada de granéis vegetais e granéis líquidos.
			PNT	Melhorar a produtividade do sistema portuário na movimentação de cargas
			PNT	Adequar os acessos aquaviários e as instalações de atracação à demanda de navios
			PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga
Restauração e reforço do muro da sede da alfândega da RFB, situado no Porto De Fortaleza	102.586	Processos	PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga
Plano de Descarbonização	856.587	Processos	PPA	Contribuir com as políticas de adaptação às mudanças climáticas e de mitigação de seus impactos
Restauração do acesso ao TMP	3.154.411	Processos	PNT	Revitalizar áreas portuárias, fortalecendo a interação entre porto e cidade
Adequação da câmara frigorífica	247.827	Processos	PNT	Realizar a manutenção da infraestrutura e das instalações dos portos organizados para atender à demanda de carga

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2026)

2.5 Impactos econômico-financeiros da operacionalização das políticas públicas

Em 2025, os recursos investidos do Orçamento de Investimento no Porto de Fortaleza totalizaram R\$ 15.945.478 (quinze milhões novecentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e setenta e oito reais) que, em sua totalidade, foram oriundos de recursos próprios.

Cabe destaque para o volume financeiro investimento, que foi o maior dos últimos 05 anos, que contribuiu para a execução de quase 38% de todo o valor aprovado para o exercício. Segue tabela com o detalhamento dos investimentos dos últimos 05 anos:

Tabela 4 - Execução orçamentária do OI 2021 a 2025

ANO	VALORES EXECUTADOS (R\$)					% EXECUÇÃO 2025	% VARIAÇÃO 25/24
	2021	2022	2023	2024	2025		
TOTAL APROVADO (R\$)	17.768.720	19.989.852	28.139.979	27.426.315	42.099.795	37,88%	268,95%
TOTAL INVESTIDO (R\$)	1.184.238	6.869.150	4.953.583	5.928.692	15.945.478		
FONTE DE INVESTIMENTO							
RECURSO PRÓPRIO	444.183	2.435.196	3.641.139	5.928.692	15.945.478	37,88	168,95%
RECURSOS DA UNIÃO - SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	740.055	4.433.954	1.312.444	0	0	0	0,00%

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2026)

Os investimentos realizados no Porto de Fortaleza viabilizam melhorias na operação portuária, promovendo a eficiência, a qualidade e a segurança do porto, aumentando a sua disponibilidade e competitividade operacional, além de otimizar a inteligência logística na sua gestão de acesso.

A capacidade de movimentação portuária e armazenagem de combustíveis no estado reduz as distâncias e os custos de distribuição pelos modos rodoviário e dutoviário, contendo a alta de preços de combustíveis. A movimentação de granéis líquidos representou 50,33% da movimentação total de 2025. Os principais produtos desse grupo movimentados no Porto foram gasolina, óleo diesel, petróleo bruto e gás liquefeito de petróleo, que ainda conta com a participação, em menor volume, de querosene de aviação, óleo de palma, etanol, óleo combustível, asfalto e a exportação de óleos lubrificantes.

Em relação à movimentação de mercadorias, no exercício de 2025, o Porto de Fortaleza movimentou um total de 4,96 milhões de toneladas. Quanto à exploração de áreas disponíveis, ao final de 2025, a Companhia Docas do Ceará (CDC) apresentou um percentual de 37,7% de suas áreas exploradas. O fortalecimento das relações institucionais contribuiu para a manutenção dos contratos de arrendamento e de cessão de uso vigentes, resultando em um crescimento de 1% na receita patrimonial em comparação ao exercício anterior, em razão dos reajustes contratuais aplicados. Esse incremento representou uma arrecadação de R\$ 18.455.898,49 (dezoito milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta e nove centavos), frente a R\$

18.205.240,26 (dezoito milhões, duzentos e cinco mil, duzentos e quarenta reais e vinte e seis centavos) registrados em 2024, provenientes da exploração das áreas do Porto de Fortaleza.

2.6 Comentários dos administradores sobre o desempenho

Os resultados alcançados pela Companhia Docas do Ceará em 2025 refletem a continuidade do esforço de manutenção do equilíbrio financeiro, com registro de resultado econômico positivo no exercício e ampliação dos investimentos realizados com recursos de geração própria. No campo da governança, foram adotadas medidas de aprimoramento, com destaque para a contratação do Sistema ERP, a revisão dos riscos de integridade e a realização de campanhas nas áreas de ética, integridade e transparência.

Em relação à transparência pública ativa, a CDC manteve, durante o exercício de 2025, o cumprimento integral dos requisitos avaliados pela Controladoria-Geral da União (CGU), permanecendo no primeiro lugar no ranking da citada instituição. Como reconhecimento das práticas de transparência adotadas, a Companhia recebeu o Selo Prata do Programa Nacional de Transparência Pública, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

No âmbito da prospecção de parceiros e da gestão patrimonial, a Companhia avançou na estruturação de projetos de arrendamento de suas áreas.

Uma avaliação mais detalhada dos resultados, considerando as perspectivas dos instrumentos de planejamento da CDC, encontra-se apresentada a seguir.

Na perspectiva financeira, o EBITDA ajustado totalizou R\$ 8.886 mil em 2025, correspondendo a 56,87% da meta estabelecida no Planejamento Estratégico 2025-2029, e representando variação de -13,16% em relação ao resultado de R\$ 10.233 mil registrado em 2024.

A Receita mensurada, que considera as receitas industrial líquida, financeiras, de aluguéis e outras receitas, deduzidos os estornos, totalizou R\$ 104.320 mil, correspondendo a 82,5% da meta de 2025.

O Resultado Econômico apurado foi de R\$ 3.077 mil positivo, atingindo 39,1% da meta projetada de R\$ 7.861 mil para o exercício. Resultados que refletem um cenário macroeconômico desafiador, ao mesmo tempo em que reafirmam a base financeira estruturada da CDC.

Quanto ao Plano de ESG, foram estabelecidas 12 ações referentes ao tema para o exercício de 2025, das quais 05 ações foram completamente concluídas e as 07 ações restantes foram

parcialmente finalizadas, dentre as quais 06 ações terminaram o exercício com percentual de efetivação igual ou maior do que 50%, o que ocasionou um percentual de 78,8% de execução do referido plano, sendo a meta para 2025 de 80%. O acompanhamento da implementação das citadas ações é realizado através das reuniões de monitoramento de resultados (RMR).

O resultado do IDA de 2025 (exercício 2024) foi 91,12, maior valor já registrado desse indicador, bem superior ao resultado de 2024 (exercício 2023), que foi 88,69. À medida que os níveis de atendimento aumentam, o índice de desempenho ambiental vai aumentando também. Até o fechamento deste relatório, o Desempenho Ambiental (IDA) para o Porto de Fortaleza no ano de 2026 (exercício 2025) ainda não foi divulgado pela ANTAQ. O acompanhamento do atendimento das ações que compõem o referido indicador é realizado por meio de reuniões mensais.

Tabela 5 – Resultados financeiros – Indicadores Sustentabilidade Financeira (Planejamento Estratégico 2025-2029)

INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	RESULT.	META	RESULT.	% META
				2024	2025	2025	2025
Resultado econômico	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Lucro ou prejuízo do exercício (DRE)	R\$ mil	14,4	7,86	3,08	↓ 60,8%
EBITDA	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Resultado Econômico - Amortização - Depreciação - Variações Monetárias - Outros Custos	R\$ mil	10,23	15,58	8.886	↓ 43,1%
Receita	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Receitas Industrial Líquida + Receitas Financeira + Receitas de Aluguéis + Outras receitas - Estornos	R\$ mil	126,27	126,42	104,32	↓ 17,5%
Plano ESG	Promover o desenvolvimento econômico da região de influência	Ações realizadas / Ações previstas	%	76,7	80	78,8	↓ 1,50%
IDA	Realizar a atividade portuária de forma ambientalmente sustentável	Índice geral do IDA	%	88,69	90,47	91,12	↑ 0,72%

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico / CODFIN – Coordenadoria Financeira (2026)

No exercício de 2025, a CDC manteve seu compromisso com a excelência na comunicação institucional e no relacionamento com suas partes interessadas, registrando indicadores que, embora desafiados por metas ambiciosas estabelecidas no Planejamento Estratégico 2025-2029, refletem a solidez das entregas operacionais da Companhia.

Buscando aprimorar a relação da Companhia com sociedade e mercado em 2025, a CDC deu continuidade à aplicação de pesquisa de satisfação, estruturada no ano anterior, que foi novamente aplicada, de forma personalizada, junto aos Operadores Portuários e Agentes Marítimos, aos Órgãos Intervenientes e aos Arrendatários. O resultado indicou uma evolução no coeficiente de satisfação

geral de 84,21, obtido em 2024, para 84,3, obtido em 2025, ficando 0,1% abaixo da meta a meta estabelecida para o ano citado, que foi de 84,42, o que evidencia a manutenção da qualidade no relacionamento com as partes interessadas e a necessidade de ações de melhoria contínua.

Em relação ao Plano de Comunicação, a CDC alcançou no exercício um total de 1.022 publicações realizadas em vários canais de comunicação, por exemplo: site da CDC, *instagram*, *Facebook*, *LinkedIn* e X (antigo twitter), tendo obtido um resultado de 85,6% de execução das ações previstas no citado plano, no último exercício, resultado expressivo que demonstra a consistência da presença institucional da CDC nos seus canais digitais e tradicionais.

Em 2025, a CDC alcançou um percentual de 37,7% de suas áreas disponíveis exploradas por arrendamento ou cessão de uso, em um cenário em que a meta de 51,2% foi estabelecida considerando a realização do Leilão do Pátio de Contêineres, evento que não ocorreu dentro do exercício de 2025 por razões alheias ao planejamento interno da Companhia. Cabe destacar também que, além das áreas arrendadas e cedidas, todas as áreas operacionais localizadas na área alfandegada do Porto de Fortaleza encontram-se em pleno uso, seja por meio de arrendamentos privados ou sob gestão direta, com o uso das áreas públicas (armazéns e pátios), através dos operadores portuários pré-qualificados. Dessa forma, a ocupação dessas áreas é contínua, evidenciando tanto a elevada demanda por espaços destinados às operações portuárias quanto a alta eficiência na utilização do espaço alfandegado para as atividades operacionais. O resultado do indicador obtido foi decorrente, principalmente, da disponibilização de uma área de 1.868,74 m² (FOR 48), conforme o termo de cessão onerosa firmado com a empresa *Global Ship* e da cessão de uso não onerosa concedida ao OGMO – Fortaleza para exploração das seguintes áreas no Núcleo de Apoio Portuário (NAP): sala nº 04, 103,68 m² (FOR 33G); sala nº 01, 106,80 m² (FOR 33B); sala nº 09, 14,75 m² (FOR 35 S9).

A movimentação de cargas totalizou 4.959 mil toneladas em 2025, mantendo o Porto de Fortaleza em patamar operacional relevante e reafirmando sua posição estratégica no escoamento da produção. O resultado, que representa continuidade em relação ao volume histórico da Companhia, foi influenciado pelo cenário logístico nacional e pelas variações nos fluxos de granéis e cargas containerizadas. No exercício destacou-se o aumento na movimentação de granel sólido em 4,46%, comparado ao mesmo período em 2024, influenciado pelo crescimento na movimentação de clínquer e coque de petróleo. As movimentações de carga geral e granel líquido sofreram redução de 4,93% e 1%, respectivamente, comparadas ao mesmo período em 2024, devido a variações na conjuntura econômica. A movimentação de granel líquido representou 50,33% da movimentação total de 2025, tendo como principais produtos movimentados gasolina, óleo diesel, petróleo bruto e gás liquefeito de petróleo.

Tabela 6 – Indicadores Sociedade e Mercado (Planejamento Estratégico 2025-2029)

INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	RESULT.	META	RESULT.	% META
				2024	2025	2025	2025
Plano de Comunicação	Promover a comunicação institucional transparente, ampla e eficaz	Ações realizadas / Ações previstas	%	93,9	90	85,6	↓ 4,9%
Satisfação dos usuários e stakeholders	Obter excelência no relacionamento com as partes interessadas	Nível de satisfação dos clientes do porto	%	84,21	84,42	84,3	↓ 0,1%
Áreas Exploradas	Potencializar o uso dos ativos do Porto por meio de novas alternativas de negócio	Áreas arrendadas ou cedidas / Áreas total disponível para cessão ou arrendamento do PDZ X 100	%	38,7	51,2	37,7	↓ 26,4%
Movimentação de cargas	Potencializar o uso dos ativos do Porto por meio de novas alternativas de negócio	Total de carga movimentada no período	Mil ton.	4.943	5.094	4.959	↓ 2,65%

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2026)

Em 2025, a CDC buscou o aprimoramento de sua governança, tendo adotado medidas, como a revisão de riscos de integridade, campanhas nas áreas de ética, integridade e transparência, dentre outras. Foi realizado o 7º ciclo de avaliação do Indicador de Governança e Políticas Públicas da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-SEST) em 2025, tendo o resultado sido organizado em três dimensões: Dimensão 1 – Governança Corporativa (órgãos de governança, auditoria, transparência, integridade, riscos, licitações e contratos), Dimensão 2 – Políticas Públicas (alinhamento, monitoramento, transparência e divulgação) e Dimensão 3 – Boas Práticas e Inovação (inovação, responsabilidade socioambiental e diversidade, equidade e inclusão), apresentados os blocos temáticos por meio de gráficos e tabelas que permitem comparar o desempenho da empresa com a média do setor. A CDC alcançou classificação de Excelência nas dimensões de Governança Corporativa (90,28) e Políticas Públicas (93,33), e nível Intermediário na dimensão de Boas Práticas e Inovação (53,77). Os resultados de Governança Corporativa e Políticas Públicas posicionam a CDC entre as autoridades portuárias federais com melhor desempenho no setor de Infraestrutura e Transportes, refletindo o compromisso da Companhia com a maturidade institucional, a transparência, a conformidade legal e a efetiva contribuição para as políticas públicas prioritárias do Estado brasileiro. O resultado na dimensão de Boas Práticas e Inovação, classificado como intermediário, está alinhado ao padrão observado no setor de Infraestrutura e Transportes como um todo — dimensão que o próprio relatório sintético da SEST/MGI reconhece como a de maior desafio nesta edição, em razão da inovação metodológica que passou a exigir maior capacidade de demonstração e divulgação dos impactos das iniciativas adotadas. A CDC identifica nesse resultado uma oportunidade concreta de desenvolvimento, com foco no fortalecimento das práticas

socioambientais, da agenda de diversidade e inclusão e da estruturação de indicadores de inovação, dimensões que integrarão os próximos ciclos de planejamento estratégico da Companhia.

O Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP) alcançou 8,3, superando em 15,28% a meta estabelecida de 7,2 e representando crescimento significativo frente ao resultado de 2024. A melhoria no resultado do indicador concedeu à CDC o reconhecimento pelo avanço em gestão, tendo conquistado o 1º lugar nacional, categoria avanço IGAP, na 6ª edição do Prêmio Portos + Brasil, evento promovido pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR).

Em relação ao indicador sobre ações de integridade, de 22 ações previstas no Programa de Integridade da CDC 2025, 19 ações foram concluídas, representando a execução de 86,4% das ações previstas no citado programa, resultado que, embora 4% abaixo da meta de 90%, evidencia o comprometimento da Companhia com sua agenda de integridade corporativa. Dentre as ações executadas do referido programa, destaca-se palestra sobre o modelo de maturidade em Integridade Pública; treinamentos: ouvidoria - sobre prevenção e enfrentamento do assédio sexual e moral, controle interno, sobre gestão de riscos, e, sobre aperfeiçoamento do processo de investigação de ilícitos; campanhas de ouvidoria; revisão de riscos de integridade; e, Sistema de Governança da CDC - Gerenciamento de Riscos, reforçando a cultura de transparência e conformidade na CDC.

O indicador Plano de Segurança da CDC atingiu 61,1% de execução das atividades previstas em 2025 — evolução de 83,5% frente ao resultado de 33,3% registrado em 2024. O avanço demonstra a aceleração das iniciativas de segurança implementadas pela Companhia, ainda que a meta de 80% estabelecida para o exercício não tenha sido integralmente alcançada.

A Execução Orçamentária de Investimentos foi um dos destaques positivos do exercício, com 37,88% de execução — superando em 26,27% a meta de 30% e representando crescimento de 75% em relação ao índice de 21,6% registrado em 2024. Esse resultado evidencia a maturidade crescente da CDC na gestão e execução de seus projetos de infraestrutura, suportada pela atuação do Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP), que adota as boas práticas do PMBOK com monitoramento semanal e sistemático dos projetos estratégicos, o que tem contribuído para a melhoria da governança e para o fortalecimento da cultura de gestão por resultados na organização. A CDC encerrou o exercício de 2025 com uma execução de R\$ 15.945.478, do total autorizado de R\$ 42.099.795, correspondendo ao percentual de 37,88%.

O Plano de Ações de TI registrou 68,7% de execução em 2025, com crescimento frente aos 40% de 2024, refletindo os investimentos da Companhia na modernização de seus processos e ativos tecnológicos. A meta de 80% para o exercício não foi integralmente atingida, mas a evolução de

71,75% em relação ao ano anterior sinaliza um aumento no foco com a agenda de transformação digital da CDC.

O resultado de maior destaque da perspectiva de Processos foi o desempenho operacional da Prancha Média Líquida, com superação das metas em todas as quatro modalidades de carga. O Granel Líquido liderou os resultados com 72,1 ton/h — equivalente a 106% acima da meta de 35 ton/h —, seguido pelo Granel Sólido Cereal (446,9 ton/h, +31,44%), Contêiner (24,6 ton/h, +36,67%) e Granel Sólido Mineral (264,9 ton/h, +12,72%). Esses índices confirmam a elevada eficiência operacional do Porto de Fortaleza e a qualidade dos serviços prestados aos operadores portuários e usuários, posicionando a CDC com competitividade crescente no cenário portuário nacional.

No exercício de 2025, a perspectiva de Processos Internos registrou avanços expressivos e consistentes, com destaque para a superação das metas de produtividade operacional em todas as modalidades de carga e para o fortalecimento contínuo da governança institucional.

Tabela 7 – Indicadores Processos (Planejamento Estratégico 2025-2029)

INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	RESULT.	META	RESULT.	% META
				2024	2025	2025	2025
IG-SEST	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	Índice geral do IG-SEST	Un.	- *	8,9	- **	-
Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP)	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	Índice geral do IGAP	Un.	7,2	7,2	8,3	↑ 15,28%
Ações de Integridade	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	Ações realizadas / Ações previstas	%	88	90	86,4	↓ 4%
Plano de Segurança	Ser eficiente na gestão da segurança portuária	Ações realizadas / Ações previstas	%	33,3	80	61,1	↓ 23,6%
Execução Orçamentária	Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura portuária	Execução do orçamento de investimento no período / Orçamento investimento aprovado no ano x 100	%	21,6	30	37,88	↑ 26,27%
Plano de ações de TI	Promover a gestão dos processos e ativos de TIC	Ações realizadas / Ações previstas	%	40	80	68,7	↓ 14,1%

Prancha média (Líquida)	Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura portuária	Qtde de carga movimentada pelos navios / nº horas atracados	Granel sólido cereal	ton/h	426	340	446,9	↑ 31,44%
			Contêiner	ton/h	21	18	24,6	↑ 36,67%
			Granel sólido mineral	ton/h	245	235	264,9	↑ 12,72%
			Granel líquido	ton/h	62	35	72,1	↑ 106%

* Não ocorreram avaliações do indicador em 2023 nem 2024.

** Ainda não foi divulgado pelo órgão competente o resultado do ciclo avaliado em 2025.

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2026)

No exercício de 2025, a perspectiva de Aprendizado e Crescimento registrou resultados positivos em ambos os indicadores monitorados, com superação das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico 2025-2029 e avanços no desenvolvimento de competências e na qualidade de vida dos colaboradores.

O Plano de Capacitação alcançou a marca de 24,9 horas de capacitação por empregado, superando em 24,5% a meta de 20 horas estabelecida para o exercício. O resultado evidencia o comprometimento da CDC com o desenvolvimento contínuo de seu quadro de pessoal e com a valorização do capital humano como ativo estratégico da Companhia.

Como propulsores para esse resultado, destacam-se capacitações que envolveram empregados das áreas administrativa, operacional e guarda portuária, bem como que se concentraram em temas estratégicos, por exemplo segurança portuária (ISPS Code); ética e integridade; relacionamento interpessoal e trabalho em equipe; gestão do tempo e de produtividade; gestão de metas e indicadores; gestão ambiental; primeiros socorros e comunicação; gestão do planejamento; etapas de contratação e licitação; gestão de contratos; análise e gestão de riscos; e, OKR e KPI: métricas e resultados.

Em relação ao Plano de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT), a CDC atingiu 81,8% de execução das ações previstas para 2025, superando em 2,25% a meta de 80% estabelecida para o exercício. O resultado reflete a implementação de campanhas voltadas às necessidades biopsicossociais dos colaboradores, ações de divulgação informativa e iniciativas de apoio ao equilíbrio e bem-estar no ambiente de trabalho. A execução integral das ações planejadas confirma a maturidade do programa de QVT e o reconhecimento da Companhia de que colaboradores saudáveis e engajados são condição essencial para a excelência operacional do Porto de Fortaleza.

Tabela 8 – Indicadores Aprendizado e Crescimento(Planejamento Estratégico 2025-2029)

INDICADOR	OBJETIVO ESTRATÉGICO	FÓRMULA	UN.	RESULT.	META	RESULT.	% META
				2024	2025	2025	2025
Plano de capacitação	Desenvolver e reconhecer competências internas	Horas de capacitação / N. de empregados	h/empregado	75,3	20	24,9	↑ 24,5%
Plano de Qualidade de Vida no Trabalho	Fomentar a cultura orientada para a satisfação dos colaboradores	Ações realizadas / Ações previstas	%	100	80	81,8	↑ 2,25%

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2026)

Com o objetivo de atender às diretrizes das políticas públicas, as metas estabelecidas para o Honorário Variável Mensal (HVM) da Diretoria visam estimular o alcance de resultados estratégicos relevantes para a Companhia. No exercício de 2025, a CDC alcançou desempenhos expressivos, atingindo os percentuais de 100% no 1º, 2º, 3º e 4º trimestres do exercício, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 9 – Resultados HVM 2025

	METAS DE GESTÃO HVM 2025			
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Planejamento e Desenvolvimento Portuário	12%	20%	20%	20%
Gestão Logística e de Operações	50%	50%	50%	50%
Gestão Patrimonial	32%	25%	25%	25%
Sustentabilidade Econômico-financeira e Governança	2%	5%	5%	5%
Gestão Administrativa e de Pessoas	4%	-	-	-
Sustentabilidade Ambiental e Integração com a Comunidade	-	-	-	-
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2026)

2.6.1 Análise crítica dos resultados

Apesar dos avanços institucionais e operacionais observados no exercício de 2025, a Companhia Docas do Ceará identificou desvios relevantes em indicadores econômico-financeiros, notadamente no resultado econômico, no EBITDA e na receita total, os quais apresentaram desempenho inferior às metas estabelecidas no Planejamento Estratégico 2025 a 2029, refletindo, dentre outros fatores, a frustração de receitas associadas a não realização de projetos estruturantes, especialmente o leilão de áreas estratégicas previsto no exercício, a sensibilidade da operação portuária às variações macroeconômicas e logísticas, com impacto direto na

movimentação de cargas e a rigidez parcial da estrutura de custos operacionais, característica inerente das infraestruturas portuárias.

Como resposta a esse cenário, a Companhia iniciou a revisão de sua estratégia comercial e tarifária, intensificou a prospecção de novos arrendamentos, priorizou investimentos com maior retorno operacional e aprimorou os mecanismos de controle de custos e de eficiência operacional, com foco na recomposição gradual dos resultados e no fortalecimento da sustentabilidade econômico-financeira.

Cumpra destacar, ainda, que a análise comparativa dos resultados entre os exercícios deve considerar eventos não recorrentes que impactaram de forma relevante o desempenho da Companhia, especialmente no exercício de 2023, cujo resultado operacional não se mostra diretamente comparável aos exercícios de 2024 e 2025, tendo em vista o reconhecimento de receitas extraordinárias decorrentes de êxito em demandas judiciais de natureza tributária, nas quais se discutia a recuperação de valores pagos a título de ISS, IRPJ, ICMS, IPVA, PIS e COFINS, inclusive sobre bases de cálculo vinculadas ao ISS e ao IPTU, sendo reconhecido, à luz de precedentes dos tribunais superiores, o direito da Companhia à imunidade tributária, com alcance retroativo aos créditos constituídos desde o exercício de 2017, resultando na expedição de precatórios por parte do ente municipal.

Adicionalmente, registra-se a existência de ação judicial relevante envolvendo a empresa “De Francesco”, na qual a Companhia promoveu execução de crédito, tendo sido efetivada a penhora de bens imóveis da parte executada, em montante aproximado de R\$ 30 milhões (trinta milhões de reais), circunstância que possibilitou o adequado provisionamento contábil, nos termos das normas aplicáveis, considerando a existência de garantia real suficiente para suportar a expectativa de recuperação do crédito.

Ressalta-se que o reconhecimento contábil desses ativos segue critérios técnicos rigorosos, baseados no prognóstico das demandas judiciais elaborado pelo setor jurídico da Companhia, o qual é encaminhado à área contábil para fins de mensuração e eventual apropriação de créditos exequíveis, sendo cada processo classificado conforme sua probabilidade de êxito e de realização financeira, em conformidade com as normas contábeis vigentes e sob a fiscalização do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, assegurando transparência, prudência e aderência às melhores práticas de governança corporativa.

2.7 Outras informações relevantes sobre objetivos de políticas públicas

Considerando as diretrizes de políticas públicas e as especificações do art. 23 da Lei nº 13.303/2016, o Conselho de Administração aprovou, por meio da Deliberação CONSAD-CDC nº 69/2025, de 22 de dezembro de 2025, a atualização da estratégia de longo prazo da Companhia, sintetizada no Planejamento Estratégico 2026-2030, bem como o Plano de Negócios, com ações previstas para 2026. Ambos os documentos encontram-se publicados no site da CDC e podem ser acessados através do endereço <http://www.docasdoceara.com.br/acoes-e-programas>.

As principais alterações promovidas na estratégia foram decorrentes de uma aproximação com os diversos atores que se relacionam ou são impactados pelas atividades da CDC, através de abordagem que objetivou potencializar e reforçar a integração das ações da Companhia nas temáticas ambiental, social e de governança, sintetizadas na sigla ESG (*Environmental, Social and Governance*).

Considerando as tendências de mercado de incorporação de elementos ESG na estratégia, e com base em análise de cenários e contribuições internas das áreas técnicas e dos órgãos de governança da Companhia, foram definidos os temas materiais prioritários e atualizadas as perspectivas, os objetivos, os indicadores e as metas do planejamento estratégico para os próximos exercícios, conforme sintetizado no quadro a seguir:

Tabela 10 – Indicadores e metas do Planejamento Estratégico - 2026 a 2030

PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA	UN.	META 2026
Resultados	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Resultado econômico	Lucro ou prejuízo do exercício (DRE)	R\$ mil	5.982
	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	EBITDA	Resultado Econômico - Amortização - Depreciação - Variações Monetárias - Outros Custos	R\$ mil	17.892
	Garantir a viabilidade econômica e autossuficiência financeira	Receita	Receita Industrial Líquida + Receitas Financeiras + Receitas de Aluguéis + Outras receitas - Estornos	R\$ mil	115.113
	Promover o desenvolvimento econômico da região de influência	Plano ESG	Ações realizadas / Ações previstas	%	80
	Realizar atividade portuária de forma ambientalmente sustentável	IDA	Índice geral do IDA	%	93,88
Sociedade e Mercado	Promover a comunicação institucional transparente, ampla e eficaz	Plano de Comunicação	Ações realizadas / Ações previstas	%	90

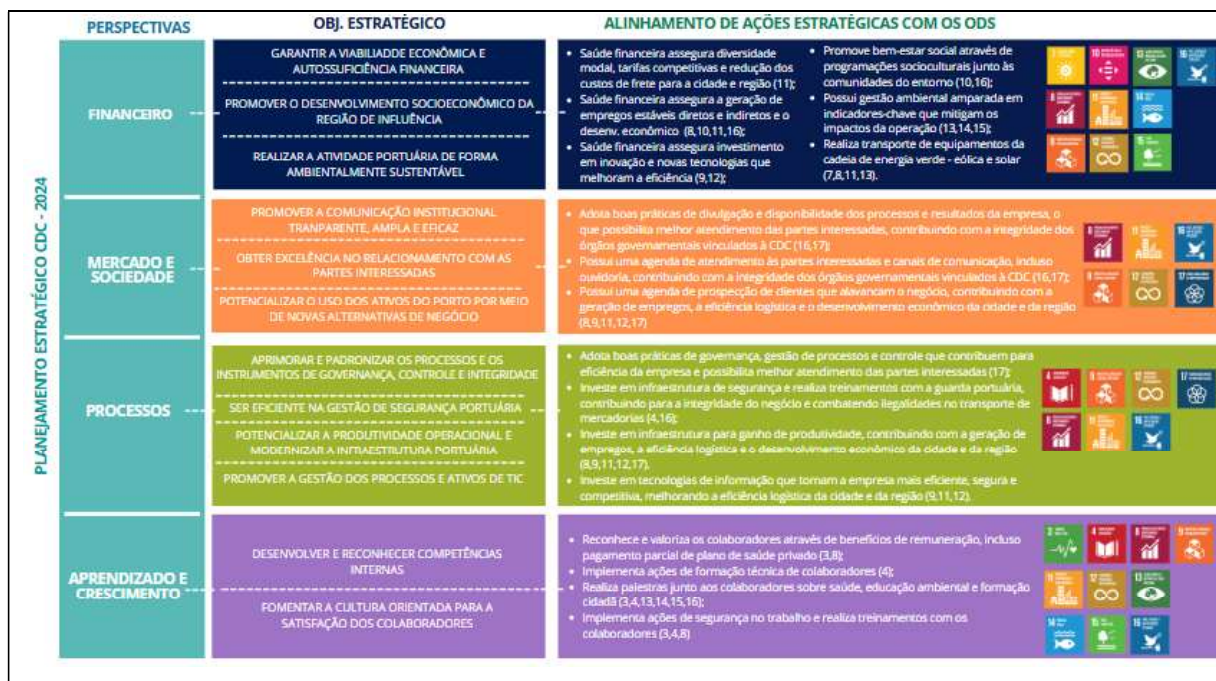
PERSPECTIVA	OBJETIVO ESTRATÉGICO	INDICADOR	FÓRMULA	UN.	META 2026	
	Obter excelência no relacionamento com as partes interessadas	Satisfação dos usuários e Stakeholders	Nível de satisfação dos clientes do porto	%	85,90	
	Potencializar o uso dos ativos do Porto por meio de novas alternativas de negócio	Áreas exploradas	Áreas arrendadas ou cedidas / Áreas total disponível para cessão ou arrendamento do PDZ X 100	%	57,5	
	Potencializar o uso dos ativos do Porto por meio de novas alternativas de negócio	Movimentação de cargas	Total de carga movimentada no período	Mil ton.	5.083	
	Potencializar o uso dos ativos do Porto por meio de novas alternativas de negócio	Plano de Inovação	Ações realizadas / Ações previstas	%	70	
Processos	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	IG-SEST	Índice geral do IG-SEST	Un.	97	
	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	IGAP	Índice geral do IGAP	Un.	8,3	
	Aprimorar e padronizar os processos e os instrumentos de governança, controle e integridade	Ações de Integridade	Ações realizadas / Ações previstas	%	90	
	Ser eficiente na gestão da segurança portuária	Plano de Segurança	Ações realizadas / Ações previstas	%	80	
	Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura	Prancha média (líquida)	Qtde de carga movimentada pelos navios / nº horas atracados	Granel sólido cereal	ton/h	440
				Contêiner	ton/h	24
				Granel sólido mineral	ton/h	270
				Granel líquido	ton/h	60
	Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura	Execução Orçamentária	Execução do orçamento de investimento no período / Orçamento investimento aprovado no ano x 100	%	40	
	Potencializar a produtividade operacional e modernizar a infraestrutura	Plano de Manutenção	Ações realizadas / Ações previstas	%	30	
Promover a gestão dos processos e ativos de TIC	Plano de ações de TI	Ações realizadas / Ações previstas	%	84		
Aprendizado e Crescimento	Desenvolver e reconhecer competências internas	Plano de Capacitação	Horas de capacitação / Nº de empregados	h/empregado	20	
	Fomentar a cultura orientada para a satisfação dos colaboradores	Plano de Qualidade de Vida no Trabalho	Ações realizadas / Ações previstas	%	90	

Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2026)

2.8 Aderência aos ODS e iniciativas de ESG

A estratégia da empresa foi construída de forma alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), proposto pela Agenda 2030 da ONU. A materialidade pode ser evidenciada no relacionamento dos ODS com os objetivos estratégicos e com as ações da empresa. As práticas da CDC descritas neste relatório contribuem para o alcance de 13 dos 17 ODSs, conforme esquematização ilustrada a seguir:

Figura 3 – Alinhamento do Planejamento Estratégico com os ODS



Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2026)

Ainda com o objetivo de alinhar-se às melhores práticas de mercado e a parâmetros internacionais, em 2025, foi mantido e aperfeiçoado o Comitê ESG da CDC, instituído desde 2024, caracterizado por composição multidisciplinar, responsável por estruturar políticas internas e promover diagnósticos de processos e de procedimentos da Companhia, bem como da área de entorno, voltados aos eixos Ambiental, Social e de Governança. Em 2025, como resultado direto desse processo estruturante e do engajamento de colaboradores de diversas áreas, a CDC conquistou a Certificação ESG – FIEC, evidenciando a consolidação das práticas institucionais relacionadas à sustentabilidade, à responsabilidade social e à governança corporativa. Foi a CDC a primeira estatal a receber a premiação.

O processo de certificação exigiu amplo envolvimento das áreas da Companhia, com a organização e atendimento a 74 indicadores distribuídos nas dimensões ambiental, social e de governança. A atuação integrada das equipes permitiu à CDC alcançar o rating BBB na 13ª edição do Selo ESG-FIEC,

reconhecimento que posiciona a Companhia entre as organizações cearenses com práticas estruturadas e alinhadas aos princípios contemporâneos de sustentabilidade e de gestão responsável. A certificação representa marco relevante para a Companhia, não apenas como instrumento de conformidade e reputação institucional, mas como diferencial competitivo frente ao mercado portuário, investidores, parceiros e sociedade.

No eixo ambiental, destacam-se dois avanços estruturantes em 2025: o alcance do maior índice histórico no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da ANTAQ e a conclusão do Plano de Descarbonização do Porto de Fortaleza. O Porto de Fortaleza atingiu o maior índice histórico no Índice de Desempenho Ambiental (IDA) da ANTAQ, alcançando 91,12 pontos, resultado que evidencia a maturidade das práticas ambientais adotadas pela empresa. Ademais, foi concluído o Plano de Descarbonização do Porto de Fortaleza, elaborado em parceria com a *Fundación Valenciaport*, estabelecendo diagnóstico completo das emissões de gases de efeito estufa e diretrizes estratégicas para redução progressiva até 2050, com proposição de iniciativas técnicas e operacionais voltadas à transição para um porto de menor impacto climático. Como reconhecimento pelas iniciativas implementadas, a Companhia foi agraciada com o Selo Pró-Clima 2025, reforçando seu compromisso com a agenda de sustentabilidade ambiental.

No campo social, foi concluído o Estudo de Diagnóstico Territorial dos bairros do entorno do Porto de Fortaleza — Cais do Porto, Mucuripe e Vicente Pinzón — instrumento que amplia a compreensão do contexto socioeconômico local e fortalece a estratégia porto-cidade. O diagnóstico consolida informações estruturadas sobre aspectos econômicos, educacionais, culturais e socioambientais, subsidiando futuras ações institucionais mais assertivas e promovendo maior interação e proximidade com as comunidades do entorno.

No eixo da governança, 2025 marcou a superação de um desafio histórico da Companhia: a contratação do Sistema ERP. Após anos de esforços para recomposição dos sistemas corporativos, em especial após os impactos do ataque cibernético sofrido pela CDC, foi concluído o processo licitatório e definida a solução tecnológica adequada às necessidades institucionais. A implantação do novo sistema teve início em novembro de 2025, representando avanço significativo na modernização da gestão, no fortalecimento dos controles internos, na integração de processos e na transparência das informações.

Os resultados alcançados em 2025 demonstram que a agenda ESG da CDC deixou de ser apenas um compromisso formal e passou a integrar de forma estruturada o modelo de gestão da Companhia, consolidando práticas alinhadas aos padrões contemporâneos de sustentabilidade, governança e responsabilidade institucional.

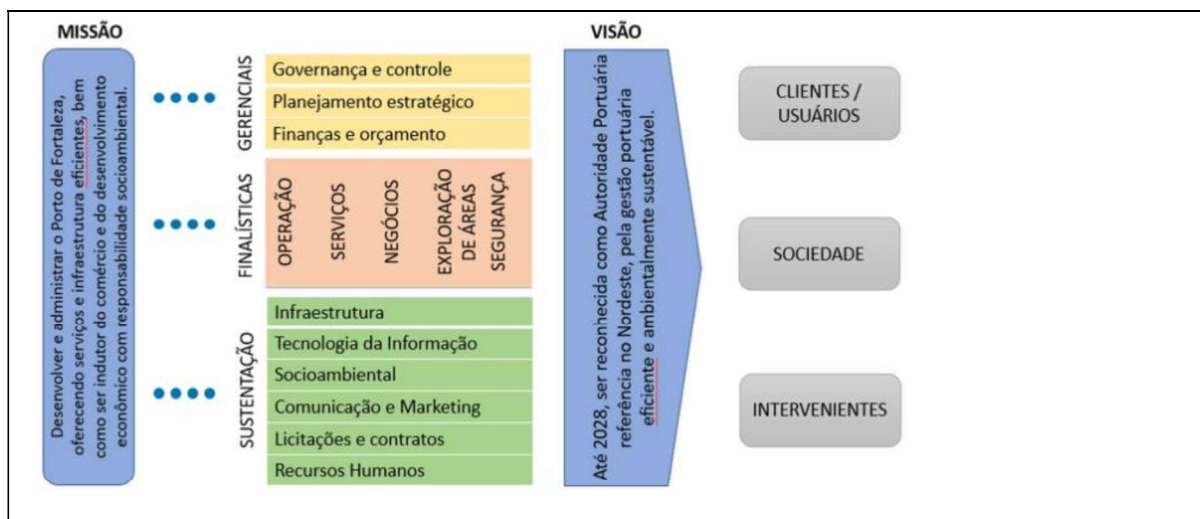
A agenda ESG da Companhia, embora em evolução, ainda enfrenta desafios relevantes, especialmente no que se refere à mensuração de impactos ambientais, à internalização de riscos climáticos e à estruturação de indicadores de governança socioambiental alinhados às melhores práticas internacionais.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

3.1 Atividades desenvolvidas

Sempre orientadas por nossa missão, as atividades desenvolvidas pela Companhia, envolvendo tanto os seus processos finalísticos quanto os gerenciais e de sustentação, têm como principal finalidade a geração de valor para os clientes e usuários de nossos serviços, os demais intervenientes da comunidade portuária e a sociedade como um todo, conforme síntese presente na Cadeia de Valor da CDC:

Figura 4 – Cadeia de Valor da CDC



Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2026)

A CDC é uma empresa pública que atua de forma especializada na administração e exploração comercial do Porto de Fortaleza, consolidando-se como importante fator de desenvolvimento para o estado do Ceará e para a região Nordeste. Para isso, valoriza e busca, continuamente, a profissionalização da gestão, o crescimento da economia, o apoio às indústrias e ao comércio, bem como a geração de riquezas, emprego e renda.

3.2 Informações societárias e governança corporativa

O capital social subscrito e integralizado, está representado por 36.448.641.087 ações, sem valor

nominal, sendo 26.912.133.216 ordinárias e 9.536.507.871 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única e sem opção de compra. O valor do capital social, em 31 de dezembro de 2024, encontra-se assim distribuído:

Tabela 11 – Controle acionário da CDC

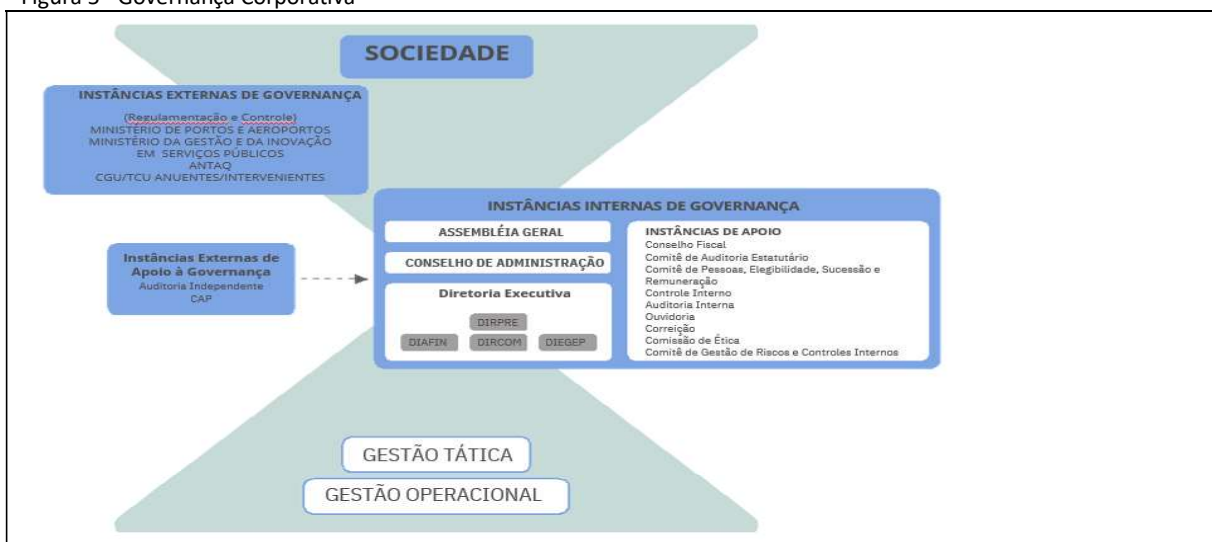
ACIONISTAS	TOTAL	PERCENTUAL	TOTAL EM R\$
GOVERNO FEDERAL	36.430.421.136	99,95%	333.983.789,02
GOVERNO ESTADO CEARÁ	18.204.800	0,05%	166.896,47
PREFEITURA DE FORTALEZA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE MARANGUAPE	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAUCAIA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAMOCIM	3.207	0,00%	29,40
PREFEITURA DE ARACATI	2.986	0,00%	27,37
TOTAL	36.448.641.087	100,00%	334.150.824,37

Fonte: CODFIN - Coordenadoria Financeira (2026)

A estrutura de Governança da CDC dispõe de um sistema que visa o aprimoramento dos processos internos, buscando trazer diretrizes para a efetivação de práticas de governança corporativa que objetivam preservar e otimizar o valor da Companhia, obter melhorias de gestão, administrar conflitos de interesses e avaliar, de forma permanente o propósito da empresa, contribuindo, assim, para o alcance das metas e para a sua sustentabilidade.

A Governança da CDC passa por um processo constante de aprimoramento, visando tornar os processos mais transparentes, confiáveis e consistentes.

Figura 5 - Governança Corporativa



Fonte: CODPLA - Coordenadoria de Planejamento Estratégico (2026)

3.3 Estruturas de controles internos e gerenciamento de riscos

A CDC possui formalizada uma Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, aprovada pelo Conselho de Administração da empresa, em 30/08/2021, através da Deliberação CONSAD nº 043/2021 e encontra-se disponível no site da Companhia, através do link <http://www.docasdoceara.com.br/governanca-corporativa>.

A Política de Gestão de Riscos e Controle Interno da Companhia Docas do Ceará tem por propósito fornecer diretrizes e estabelecer uma abordagem comum para gerenciar os riscos enfrentados, com vistas à integração da gestão de riscos ao processo de planejamento estratégico e aos seus desdobramentos, às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos em todos os níveis relevantes para a execução da estratégia, para o alcance dos objetivos institucionais e para a melhoria contínua de desempenho da CDC.

A gestão de riscos da empresa tem por objetivo:

1. assegurar que os responsáveis pela tomada de decisão, em todos os níveis da CDC, tenham acesso tempestivo a informações suficientes quanto aos riscos aos quais está exposta a instituição;
2. aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da instituição, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis; e
3. agregar valor à instituição por meio da melhoria dos processos de tomada de decisão e do tratamento adequado dos riscos e dos impactos negativos decorrentes de sua materialização.

No processo de avaliação de riscos, são consideradas as seguintes categorias de riscos:

1. Risco Estratégico;
2. Risco de Processos ou Projetos;
3. Risco de Integridade ou Conformidade.

A CDC tem, continuamente, aprimorado suas estruturas e processos de gestão de riscos corporativos, abordando as incertezas e tendo como norte a sua Política de Gestão de Riscos, a qual institui diretrizes, competências e uma linguagem comum para o gerenciamento de riscos corporativos. O ambiente de controles internos vem se aprimorando, além da conformidade às normas, aos requisitos legais e às regulações pertinentes, o que vem, paulatinamente, incorporando-se ao cotidiano da Companhia.

A Companhia vem destinando esforços para aumentar sua maturidade a risco, compreendendo em

mais detalhes os riscos a que está exposta e tratando-os de acordo com seu apetite, seguindo guias de boas práticas reconhecidas como o COSO ERM (*“The Comitê of Sponsoring Organizations”* ou *“Comitê das Organizações Patrocinadoras”* / *“Integrating with Strategy and Performance”* ou *Integração com a Estratégia e com a Performance*). O COSO é uma organização que visa a avaliação de riscos e a prevenção de fraudes, dentro de empresas. Para o COSO ERM o principal ponto dentro do Gerenciamento de Riscos Empresariais é entender que os riscos podem ser prevenidos. Seu trabalho se baseia em três setores: gerenciamento de riscos empresariais, controle interno e dissuasão de fraudes, e existe a possibilidade de obter certificações desse comitê. Além da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, a gestão de riscos utiliza-se do seu Guia de Gerenciamento de Risco da CDC que consiste em um material referencial de apoio aos gestores da CDC, primeira linha, haja vista serem os responsáveis pelos controles incorporados aos sistemas e processos de trabalho que são executados sob sua responsabilidade.

A CDC possui estruturas e mecanismos de controle para monitorar suas atividades, zelando pela transparência, completude e exatidão das suas informações, além da eficiência operacional e atingimento dos objetivos.

Na temática de riscos de integridade, destaca-se a incorporação de ações de controles no Programa de Integridade da empresa. Algumas destas ações são identificadas no gerenciamento de riscos, e consistem em campanhas relacionadas à integridade, criação de ferramentas de combate à fraude e corrupção, dentre outras medidas.

A CDC, em sua gestão da integridade, adota os eixos de integridade previstos no Referencial de Combate à Fraude e Corrupção do Tribunal de Contas da União (TCU), que consistem nos pilares de prevenção, detecção, investigação, correção e monitoramento, onde são estruturadas as ações para o combate dos desvios e as ações previstas no programa também atendem às diretrizes do Sistema de gestão de integridade previstas pela Controladoria Geral da União (CGU) no Guia de Implantação de Programas de Integridade nas Empresas Estatais.

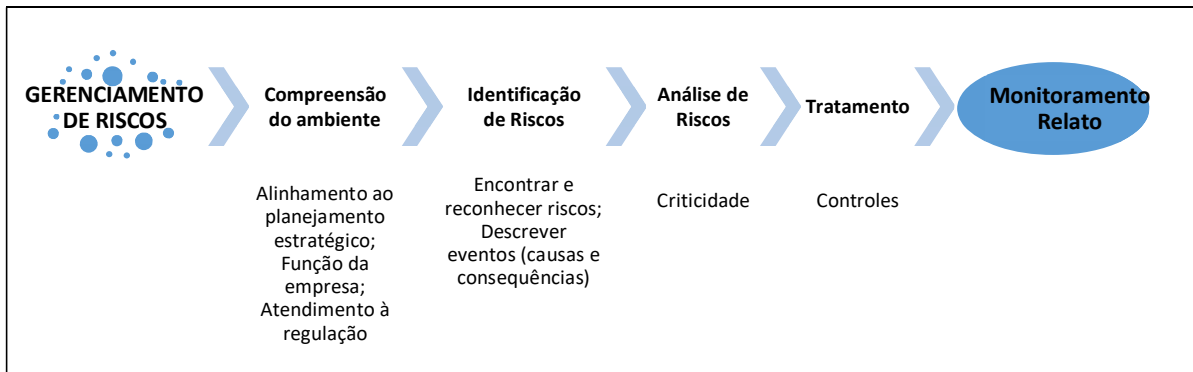
O Programa de Integridade, com suas atualizações, pode ser consultado no site da empresa, através do link <http://www.docasdoceara.com.br/integridade>.

Já o Código de Conduta e Integridade da empresa, que se encontra disponível através do link <http://www.docasdoceara.com.br/codigo-de-etica>, apresenta princípios éticos que consolidam os valores organizacionais e se destina a orientar o comportamento de todos os membros da Companhia e demais grupos de interesse relacionados à empresa, considerando a legislação pertinente e contribuindo para a resolução de eventuais conflitos de interesses.

As fases do processo de gestão de riscos consistem na compreensão do ambiente no qual a CDC

opera, com o devido alinhamento aos objetivos estratégicos, função da empresa e atendimento à regulação, para, ato seguinte, proceder à identificação de riscos que consiste em encontrar, reconhecer e descrever eventos que possam impedir que a empresa alcance seus objetivos.

Figura 6 – Processo de Gestão de Riscos



Fonte: CODCON - Coordenadoria de Controle (2026)

Nesse contexto, é importante registrar o papel dos atores no processo de gerenciamento de riscos da CDC, em consonância com a sua Política de Gestão de Riscos e Controles Internos. Vejamos algumas destas atribuições:

Figura 7 – Atribuições na Gestão de Riscos



Fonte: CODCON - Coordenadoria de Controle (2026)

A CDC possui uma estrutura integrada de gerenciamento de riscos e controles internos, exercida a partir da lógica das três linhas do IIA 2020, proposto pelo *The Institute of Internal Auditors*.

A primeira linha é realizada pelos gestores das unidades que são os responsáveis diretos pelos processos e têm a responsabilidade sobre os riscos. Já a segunda linha é realizada pela Coordenadoria de Controle (CODCON), com auxílio do Comitê de Gestão de Riscos, da Comissão de Ética e da Comissão de Correição, e contempla as funções que monitoram de forma integrada a gestão de riscos e controle interno. Por último, a terceira linha é realizada pela auditoria interna, que oferece avaliações independentes.

O Comitê de Gerenciamento de Riscos da CDC possui, como atribuição, em apoio à Coordenadoria de Controle, facilitar a implementação do processo e da cultura de Gestão de Riscos na Companhia, promovendo a educação das áreas de negócios com relação à importância da identificação, tratamento e monitoramento preventivo de riscos do negócio, riscos estratégicos e riscos à integridade da empresa.

Além da gestão, o controle e fiscalização são exercidos pelo Conselho de Administração (CONSAD) e pelo Conselho fiscal (CONFIS), além de Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), de Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, Ouvidoria, auditoria externa independente trimestral, os quais visam aferir a adequação do controle interno, da correição e da efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança. Existem, ainda, as estruturas externas, como a Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Ministério Supervisor e Agência Reguladora, que realizam controle e fiscalização sobre as atividades da CDC.

A existência e o funcionamento das estruturas de controle encontram-se melhor detalhados no sítio eletrônico da Companhia: <https://www.docasdoceara.com.br/governanca-corporativa>.

A estrutura abaixo representada compreende o sistema de Governança da CDC, que visa sistematizar o processo decisório da empresa com mecanismos de controle interno eficientes e gestão transparente e eficaz:

Figura 8 – Sistema de Governança da CDC



Fonte: CODCON - Coordenadoria de Controle (2026)

Não houve alterações na Política de Gestão de Riscos e Controles Internos em 2025. Já em relação aos riscos de integridade, estes foram atualizados no 1º semestre de 2025. No período, a CDC contava com 22 (vinte e dois) riscos à integridade.

A Declaração de Apetite a Riscos da CDC apresenta as quantidades e os limites toleráveis de riscos que a empresa está disposta a suportar, contendo as diretrizes gerais de apetite a riscos e eventuais tolerâncias como forma de gerenciar os riscos que possam comprometer o atingimento dos objetivos da empresa.

Referida declaração pode ser visualizada através do link: <http://www.docasdoceara.com.br/governanca-corporativa>, no item referente a gestão de riscos.

Nesse contexto, cabe à área de riscos o acompanhamento periódico dos riscos com nível de criticidade altos/extremos, com verificação da implementação dos planos de ação de controle previstos e ainda não implantados, com posterior reporte dos resultados à Alta Administração.

No processo de avaliação de riscos do 1.º Semestre de 2025, a CDC mapeou um total de 143 riscos, conforme as categorias: riscos à integridade (22), riscos estratégicos (26) e riscos de processos (95).

Todos os riscos mapeados são acompanhados e tratados de forma a não concretização dos eventos de riscos, sendo estabelecidos os devidos planos de controle, a fim de minorar a probabilidade de concretização deles.

Em relação aos controles adotados na elaboração das demonstrações financeiras, temos que as mesmas seguem as normas contábeis aplicáveis, sendo observadas as regras de escrituração e elaboração contidas na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e nas normas da Comissão de Valores Mobiliários. As demonstrações financeiras são elaboradas trimestralmente, divulgadas em sítio eletrônico e auditadas por auditoria independente, através de auditor com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Já em relação à atuação do Comitê de Auditoria (COAUD), órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, cabe, dentre outras atribuições, a supervisão da elaboração das demonstrações financeiras, com monitoramento periódico da qualidade destas demonstrações, dos controles internos, da conformidade, do gerenciamento de riscos e das auditorias interna e independente.

O citado Comitê também emite relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e suas recomendações, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário, em relação às demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria Estatutário opina, ainda, sobre a contratação e destituição de auditor

independente, supervisiona suas atividades, avalia sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da empresa.

As atas do referido Comitê, bem como sua composição, estão disponíveis no sítio eletrônico <http://www.docasdoceara.com.br/comite-de-auditoria>.

A CDC procedeu com a padronização do canal de denúncias que são direcionadas ao Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD). A padronização, além de orientar a formulação de denúncia ao COAUD, também aperfeiçoa a Governança, estando em conformidade com a Lei 13.303/2016, art. 24, § 2º e com o Decreto 8.945/2016, art. 38, §2º. A padronização do canal pode ser verificada através do link: <http://www.docasdoceara.com.br/comite-de-auditoria>.

Uma vez havendo recomendações, seja pelo Comitê de Auditoria, Auditoria Interna ou Externa ou pelo Conselho Fiscal, a CDC adota todas as providências cabíveis para restar em consonância com as melhores práticas contábeis, fazendo os registros contábeis pertinentes.

Outro mecanismo de controle utilizado é a avaliação dos controles internos e da confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando o preparo de demonstrações financeiras realizado pela Auditoria Interna da empresa.

Os Conselhos de Administração e Fiscal analisam, periodicamente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia, sem contar com a atuação do Conselho Fiscal que, inclusive, opina sobre o relatório anual da administração e sobre as demonstrações financeiras. No decorrer do exercício, em seu mister de fiscalização, o Conselho Fiscal faz recomendações quanto aos registros contábeis, sendo assessorado, ainda, por empresa de assessoria contábil contratada pela CDC.

As atas dos referidos Conselhos, bem como sua composição estão disponíveis nos sítios eletrônicos <http://www.docasdoceara.com.br/conselho-administracao> e <http://www.docasdoceara.com.br/conselho-fiscal>.

3.4. Fatores de risco

Em abril de 2025, com o objetivo de identificar possíveis mudanças nos contextos externo e interno que possam demandar novas ações ou redefinição de prioridades no tratamento dos riscos, conduziu, o Comitê de Riscos procedeu a revisão dos riscos de integridade.

As principais alterações realizadas foram:

- Inserção de novas ações de controle voltadas à mitigação dos riscos. Algumas dessas ações estavam previstas no Programa de Integridade de 2025, enquanto outras foram propostas aos setores pelo Comitê de Riscos;
- Atualização das causas e consequências associadas a determinados riscos;
- Alteração da nomenclatura do risco “Recebimento de presentes/vantagens indevidas” para “Recebimento de presentes/vantagens de quem tenha interesse em decisão do agente público ou de colegiado do qual este participe, fora dos limites e condições estabelecidos em regulamento”;
- Mapeamento de novos riscos: Descumprimento da Lei de Acesso à Informação e de normas de transparência; Análise equivocada dos processos; Limitação Orçamentária/Financeira; Apuração Parcial de Ilícitos; Falha na elaboração da Pesquisa de Preço; Falha na elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico.

Destaca-se que algumas ações previstas foram concluídas pelas áreas responsáveis pela integridade, incluindo a elaboração e publicação de normativos que contribuem diretamente para a mitigação dos riscos identificados.

No âmbito de sua atuação institucional, a Companhia Docas do Ceará está sujeita a um conjunto de riscos inerentes à natureza de suas atividades, os quais são permanentemente monitorados e gerenciados à luz das melhores práticas de governança corporativa, destacando-se:

Riscos Regulatórios

Caracterizados pela dependência de autorizações, diretrizes e políticas públicas estabelecidas pelo Ministério de Portos e Aeroportos, bem como pelos impactos decorrentes de decisões e normativos expedidos pela ANTAQ, que podem influenciar diretamente a operação, os investimentos e a dinâmica tarifária do Porto. Exemplos são o atraso/burocracia para o leilão das áreas, o deferimento dos reajustes tarifários, etc.

Riscos Operacionais

No campo operacional, a Companhia está exposta a riscos associados a eventuais limitações da infraestrutura portuária disponível, bem como à dependência de condições climáticas e marítimas, fatores que podem afetar a regularidade, a eficiência e a capacidade das operações portuárias, exigindo constante planejamento e ações de manutenção, modernização e adaptação. Nesse item, ressaltamos a dificuldade de eventos na execução de obras de infraestrutura.

Riscos Econômico-Financeiros

Sob a perspectiva econômico financeira, destacam-se os riscos relacionados à volatilidade da movimentação de cargas, influenciada por fatores macroeconômicos e setoriais, bem como a concentração em determinados perfis de carga, notadamente granéis líquidos, o que pode impactar a estabilidade das receitas e a previsibilidade dos resultados da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia monitora o risco estratégico relacionado à possível transferência do parque de tancagem atualmente instalado no Porto do Mucuripe para o Porto do Pecém. Essa operação, caso concretizada, implicaria redução relevante no volume de movimentação de granéis líquidos no Porto de Fortaleza, com impacto direto sobre as receitas tarifárias da CDC, dado que os granéis líquidos representaram 50,33% do total de cargas movimentadas no exercício de 2025. A Companhia acompanha as discussões sobre o tema junto ao Ministério de Portos e Aeroportos e aos agentes do setor, avaliando continuamente os cenários possíveis e seus reflexos sobre o planejamento estratégico e a sustentabilidade financeira da Companhia, de forma a subsidiar a tomada de decisão tempestiva pela Alta Administração.

Riscos de Mercado

No que se refere aos riscos de mercado, evidencia-se a crescente concorrência com outros portos da região, especialmente aqueles operados sob regime privado ou com maior flexibilidade operacional, além das mudanças estruturais na matriz logística nacional, que podem alterar fluxos de carga, rotas comerciais e decisões de operadores e usuários do sistema portuário.

Riscos ESG

No âmbito dos riscos ambientais, sociais e de governança, destacam-se as pressões regulatórias ambientais cada vez mais rigorosas, bem como a necessidade de adaptação progressiva à transição energética e às demandas por operações mais sustentáveis, o que requer investimentos contínuos, inovação e aprimoramento das práticas institucionais.

Para o enfrentamento desses riscos, a Companhia adota medidas de mitigação baseadas em planejamento estratégico, fortalecimento dos mecanismos de governança, gestão integrada de riscos e monitoramento contínuo de seus ambientes interno e externo, de modo a assegurar a resiliência operacional, a sustentabilidade econômico financeira e a aderência às políticas públicas que orientam sua atuação.

3.5. Dados econômico-financeiros e comentários sobre o desempenho

O desempenho econômico-financeiro da CDC no exercício de 2025 reflete os esforços da Diretoria

Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal para a manutenção do equilíbrio financeiro, com foco no controle e na otimização de receitas e despesas, sem prejuízo à qualidade dos serviços prestados.

É importante contextualizar o panorama econômico em que esses resultados foram alcançados. A prévia do PIB mundial para 2025 aponta um crescimento moderado, estimado em torno de 3,2% pela OCDE, com o FMI sinalizando um avanço de 2,8%, aponta um leve crescimento percentual em relação a 2024, mas ainda se verifica uma alta inflação, causada pelo aumento das demandas e preços de *commodities*. Outro elemento que deve ser citado para caracterizar o panorama econômico em que os resultados financeiros foram alcançados é o aumento global do valor do frete marítimo, assim como o alto valor do dólar, em relação ao real, no período de 2025. Por fim, é importante citar que a taxa Selic permaneceu elevada durante todo o exercício de 2025 e, com aumentos consecutivos, ocorridos no exercício, a mesma encerrou o ano em 15,00%.

A fim de ilustrar os resultados financeiros alcançados, destaca-se a performance do indicador EBITDA ajustado, que resultou em R\$ 8,886 mil, acumulado em 2025.

Tabela 12 – Evolução do indicador EBITDA ajustado da CDC- 2021-2025

EVOLUÇÃO DO EBITDA AJUSTADO (ANO por R\$ MIL)								
ANO	2021	2022	2023	2024	2025	Δ 25/21%	Δ 24/21%	Δ 25/24%
R\$ (mil)	9.387	25.680	25.558	10.233	8.886	-5,35%	9,01%	-13,17%

Fonte: CODFIN – Coordenadoria Financeira (2026)

O EBITDA ajustado é indicador que mensura o desempenho operacional da Companhia, excluindo de sua apuração os efeitos de juros, variações monetárias, impostos, depreciação e amortização, bem como os valores decorrentes de perda de capital e da redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*). O resultado positivo do indicador evidencia que a Companhia manteve, no exercício, capacidade operacional de geração de receitas suficientes para cobrir seus compromissos.

A Receita Operacional Líquida, no exercício, totalizou o expressivo montante de R\$ 88.414 mil, com crescimento de 1,24% em relação a 2024. Destacam-se três elementos que contribuíram para tal número: aumento na receita de alugueis e arrendamentos, os serviços de utilização de infraestrutura terrestre, e os serviços de utilização de infraestrutura de proteção e acesso aquaviário.

Em relação ao Resultado Econômico de 2025, o valor do exercício foi de R\$ 3.077 mil com redução em relação ao resultado de 2024, reflexo, em parte, da redução das outras receitas operacionais no período, conforme demonstrado na série histórica a seguir.

Tabela 13 – Demonstrações de Resultado CDC 2021 a 2025

DISCRIMINAÇÃO (ANO por R\$ MIL)						
DISCRIMINAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025	Δ 25/24%
RECEITAS	55.615	61.135	75.642	87.335	88.414	1,24%
CUSTOS DOS SERVIÇOS	-39.275	-39.445	-44.518	-43.894	-41.948	-4,43%
LUCRO BRUTO	16.339	21.690	31.124	43.441	46.466	6,96%
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	-16.239	51.087	-8.089	-29.649	-47.161	59,06%
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	-26.671	-29.463	-42.245	-40.783	-47.716	17%
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	15.709	80.550	34.156	11.134	555	-95,02%
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-5.277	0	0	0	0	0%
GANHOS E PERDA DE CAPITAL	0	0	0	0	0	0%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	100	72.778	23.035	13.792	-695	-105,04%
RECEITAS FINANCEIRAS	848	4.485	7.130	6.020	9.340	55,15%
DESPESAS FINANCEIRAS	-5.683	-5.462	-4.563	-4.488	-5.424	20,86%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	-4.735	71.800	25.602	15.324	3.221	-78,98%
PROVISÃO PARA IR E CSLL	0	-17.944	11.017	-926	-144	-84,45%
IMPOSTOS DIFERIDOS	0	-17.944	-1.535	-800	-133	-83,38%
CSLL CORRENTE	0	0	-642	-126	-11	-91,27%
DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	0	0	13.194	1	0	-100%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-4.735	53.856	36.619	14.398	3.077	-79%

Fonte: CODFIN - Coordenadoria Financeira (2026)

As despesas com pessoal e encargos no exercício de 2025 totalizaram o montante de R\$ 34.562 mil, representando um aumento de 11,43%, em relação ao exercício de 2024. O reajuste salarial do período, bem como o pagamento da participação nos lucros e resultados aos empregados (PLR), contribuíram para esse aumento.

As despesas com serviços de terceiros somaram R\$ 34.025 mil, apresentando um aumento de 10,38%, em comparação com o exercício de 2024. Essa variação foi decorrente, principalmente, do aumento das seguintes despesas: serviço de manutenção, serviços vigilância patrimonial e serviços de informática.

As outras despesas alcançaram o valor de R\$ 31.858 mil, representando uma redução de 2,22%, em

comparação a 2024. Destaca-se o registro dos tributos diferidos referente aos processos judiciais que a CDC obteve êxito e as despesas atuariais referentes ao PORTUS.

Tabela 14 – Comportamento das despesas 2025 X 2024

DESCRIÇÃO DA DESPESA (R\$ MIL)	2024	2025	Δ 25/24 %	PARTICIPAÇÃO NA DESPESA TOTAL – 2025 (%)	COMPROMETIMENTO DA RECEITA X DESP TOTAL (%)
PESSOAL E ENCARGOS	31.016	34.562	11,43	34,41	33,13
SERVIÇOS DE TERCEIROS	30.825	34.025	10,38	33,87	32,62
OUTRAS DESPESAS	32.580	31.858	-2,22	31,72	30,54
DESPESA TOTAL	94.421	100.445	6,38	100	96,29

Fonte: CODFIN - Coordenadoria Financeira (2026)

Outro importante indicador financeiro é o Balanço Patrimonial da CDC, o qual teve uma variação expressiva de 3721,18% no Intangível. Essa variação deve-se a aquisição de um software de VMS para administrar todas as imagens proveniente do CFTV, garantindo uma maior segurança e assim, atendendo os requisitos dos órgãos intervenientes que operam na CDC. Impactando o ativo circulante da Companhia, no exercício de 2025.

Tabela 15 - Balanço Patrimonial Resumido 2025 X 2024

BALANÇO PATRIMONIAL (RESUMIDO) - VALORES EM R\$ MIL			
DESCRIÇÃO	2024	2025	VAR. (%) 2025/2024
1 - ATIVO	459.229	462.750	0,77%
1.1 - ATIVO CIRCULANTE	70.595	62.182	-11,92%
1.2 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	387.397	399.331	3,08%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	135.211	139.734	3,35%
INVESTIMENTOS	4	24	500%
IMOBILIZADO	252.012	253.077	0,42%
INTANGÍVEL	170	6.496	3.721,18%
1.3 - ATIVO COMPENSADO	1.237	1.237	0%
2 - PASSIVO	459.229	462.750	0,77%
2.1 - PASSIVO CIRCULANTE	23.483	23.089	-1,68%
FORNECEDORES	2.477	5.370	116,79%
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	3.271	3.040	-7,06%
OBRIGAÇÕES FISCAIS/PREVIDENCIÁRIAS	2.022	2.539	25,57%
PORTUS - RTSA	729	561	-23,05%
PORTUS – Termo de Compromisso Financeiro	2.009	2.751	36,93%
PROVISÕES	2.204	2.502	13,52%
CREDORES DIVERSOS	5.243	4.864	-7,23%
DIVIDENDOS A PAGAR	4.469	0	-100%
DEPÓSITOS CONTRIBUIÇÕES E CONSIGNAÇÕES	517	581	12,38%

CONVÊNIOS	14	14	0%
AÇÕES JUDICIAIS	484	823	70,04%
RECEITAS DIFERIDAS	44	44	0%
2.2 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE	58.197	61.072	4,94%
OBRIGAÇÕES FISCAIS/PREV. EM LONGO PRAZO	12.030	11.845	-1,54%
OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS EM LONGO PRAZO	5.828	6.663	14,33%
OBRIGAÇÕES PLANO DE PREV PORTUS	31.106	33.375	7,29%
RECEITAS DIFERIDAS	9.233	9.189	
2.3 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.312	377.352	0,28%
2.4 – PASSIVO COMPENSADO	1.237	1.237	0%

Fonte: CODFIN – Coordenadoria Financeira (2026)

O endividamento de curto prazo da Companhia manteve-se estável, principalmente pelas obrigações fiscais e previdenciárias, das quais destacamos o TCF (Termo de Compromisso Financeiro) e o RTSA (Reserva de Tempo de Serviço Anterior), assinados com o PORTUS.

Ante todo o exposto, em resumo, verifica-se que a CDC continua com índices de liquidez positivos, em especial o indicador de Liquidez Corrente, que em 2025 apresentou resultado de 2,69, atestando, assim, a capacidade que a Companhia tem de honrar seus compromissos de curto prazo.

Tabela 16 – Indicadores econômico-financeiros 2025 x 2024

INDICADORES DE EFETIVIDADE				
INDICADOR	UNID/REF	31/12/2025	31/12/2024	VARIÇÃO (%) 2025/2024
RETORNO DE CAPITAL	i / 100	0,0082	0,038	-78,59%
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	% / <60%	38,65	48,56	-20,4%
EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	% / <30%	33,21	36,52	-9,06%
LIQUIDEZ CORRENTE	i / 1,00	2,69	3,01	-10,63%
LIQUIDEZ GERAL	i / 1,00	2,4	2,52	-4,76%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	% / >30%	27,43	28,75	-4,59%

Fonte: CODFIN - Coordenadoria Financeira (2026)

3.6. Políticas e práticas de governança corporativa

A CDC possui Política de Governança aprovada em 2020 e revisada em 2022. Além disso, conta com instrumentos afins, tais como:

- Política de Gestão de Riscos e Controles Internos;
- Política de Gestão da Integridade;

- Código de Conduta Ética e Integridade Profissional;
- Política de Divulgação de Informações;
- Política de Transação com partes relacionadas;
- Política de Porta Vozes;
- Política de Nomeações;
- Regulamento Interno de Pessoal;
- Regulamento Interno de Licitações e Contratos;

Em 2025, foram aprovados e/ou atualizados os seguintes normativos:

- Regimento Interno da Companhia Docas do Ceará;
- Política de Sustentabilidade;
- Manual de Tratamento de Notificações e Autuações;
- Manual de Procedimentos de Monitoramento de Auditoria;
- Política de Combate à Mentira Verde;
- Norma de Suprimento de Numerário;
- Norma de Acordo em Processos Judiciais;
- Plano de Cargos Comissionados e de Funções de Confiança;
- Programa de Treinamento e Aperfeiçoamento.

A Companhia conta com várias instâncias internas de Governança, tais como: Conselho de Administração; Conselho Fiscal; Comitê de Auditoria; Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração; Coordenadoria de Controle; Auditoria Interna; Ouvidoria; Coordenadoria de Planejamento Estratégico; Comissão de Ética e de Correição.

A CDC vem, continuamente, aperfeiçoando seu sistema de governança, estando adequado à Lei nº 13.303/2016 e às Resoluções CGPAR. Também vêm sendo adotadas, paulatinamente, boas práticas de governança corporativa que são disseminadas, dentre outros meios, através das Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), melhorando, assim, o nível de governança nos processos da empresa.

O Programa de Integridade da empresa é uma importante ferramenta de governança e visa combater atos de fraude e corrupção. Através do referido Programa, estão sendo fomentadas ações para

ressaltar os valores da empresa que, dentre outros, são a Ética, a Transparência e a Integridade.

Maiores detalhamentos podem ser acessados nos Relatórios de integridade disponíveis no sítio eletrônico <http://www.docasdoceara.com.br/integridade>.

Ainda em 2025, ocorreu o 7º ciclo de avaliação do indicador IG-SEST. Quanto à dimensão de Governança Corporativa, a CDC, alcançou 90,28% das exigências; na dimensão de Políticas Públicas, alcançou 93,33% das exigências; e, na dimensão de Boas Práticas e Inovação, alcançou 53,33% das exigências.

Denota-se que, na dimensão de Governança Corporativa, a Companhia posicionou-se na faixa de maturidade de Excelência, o que demonstra o comprometimento com a efetividade dos instrumentos de governança, baseada em gestão de riscos, integridade, transparência e conformidade.

Em 2025, a CDC continuou cumprindo, no site, todos os requisitos de transparência ativa avaliados pela Controladoria Geral da União, tendo permanecido no primeiro lugar no ranking da citada instituição, o que evidencia os esforços da empresa para disponibilizar informações à sociedade, fortalecendo, assim, o controle social.

Como resultado da dedicação à transparência, a Companhia foi agraciada com selo Prata pelo Programa Nacional de Transparência Pública, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Os documentos de governança estão disponíveis no site da Companhia Docas do Ceará.

3.7. Descrição da composição e da remuneração da administração

Conforme disposto no Estatuto Social da CDC, em seu art. 33, compete à Assembleia Geral fixar a remuneração dos membros Estatutários e, quando aplicável, dos demais comitês de assessoramento, nos termos da legislação vigente, sendo vedado o pagamento de qualquer forma de remuneração não prevista em Assembleia Geral.

A remuneração total engloba remuneração fixa, remuneração variável e benefícios, aprovados previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), vinculada ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A Companhia adota o Honorário Variável Mensal (HVM), parcela do honorário mensal paga por

trimestre. O HVM é ponderado pelo cumprimento das metas pela Diretoria Executiva, estabelecidas pela Secretaria Nacional de Portos (SNP).

A Companhia dá publicidade da remuneração de seus dirigentes no site da CDC.

Tabela 17 - Remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS FISCAIS E COMITÊ DE AUDITORIA							
Valores realizados no período de abril/2025 a mar/2026 conforme aprovados em Assembleia Geral							
DIRETORIA EXECUTIVA							
		Remuneração fixa (R\$)	Remuneração Variável (R\$)	Gratificação de Férias (R\$)	Gratificação Natalina (R\$)	Benefícios (R\$)	Quarentena (R\$)
Lucio Ferreira Gomes	Presidente	272.615,96	82.180,92	9.767,87	29.448,15	23.678,57	-
Urbano Costa Lima Filho	Diretor de Infraestrutura	256.576,68	77.346,72	9.185,04	27.715,91	23.678,57	-
Ivo Novais Dias Montenegro	Diretor Adm. e Financeiro	256.576,68	77.346,72	9.185,04	27.715,91	23.678,57	-
José Pereira Campos Junior	Diretor Comercial	256.576,68	77.346,72	9.185,04	27.715,91	23.678,57	-
		1.042.346,00	314.221,08	37.322,99	112.595,88	94.714,28	0,00
							1.601.200,23
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO							
Fabio Lavor Teixeira	Presidente	12.246,88					
Eliana Nascimento de Oliveira	Presidente	21.432,04					
Bruno Iughetti	Membro	36.740,64					
Marlos Costa de Andrade	Membro	36.740,64					
Carlos Murilo de Azevedo Pires	Membro	36.740,64					
Janira Tripodi Borja	Membro	36.740,64					
Maria Gorete Pereira	Membro	30.617,20					
		211.258,68					
							211.258,68
REMUNERAÇÃO TOTAL DOS ADMINISTRADORES (R\$)							1.812.458,91
CONSELHO FISCAL							
Ivo Cordeiro Pinho Timbó	Presidente	36.740,64					
Jhon Clayton da Cilva Ribeiro	Membro	36.740,64					
Bruno Fernandes de Rocha Borba	Membro	27.555,48					
		101.036,76					
REMUNERAÇÃO TOTAL CONSELHO FISCAL (R\$)							101.036,76
COMITÊ DE AUDITORIA							
Romana Pires Freire França	Membro	9.185,16					
Mauricio Augusto Souza Lopes	Membro	36.740,64					

Josevaldo Nergino de Sousa	Membro	27.555,48					
		73.481,28					
REMUNERAÇÃO TOTAL COMITÊ DE AUDITORIA (R\$)							73.481,28
* Consideram-se benefícios os valores de aux alimentação, plano de saúde e seguro de vida.							

Fonte: CODREH – Coordenadoria de Recursos Humanos (2026)

No exercício de 2025, a Companhia Docas do Ceará propôs o Programa de Remuneração Variável (RVA) dos membros da sua Diretoria Executiva, que foi aprovado pelo Conselho de Administração, por meio da Deliberação nº 26/2025, de 23/04/2025, tendo o citado programa sido alterado, considerando as recomendações da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) contidas no ofício SEI nº 116590/2025/MGI e na Nota Técnica nº 36488/2025/MGI, e novamente aprovado pelo CONSAD, por meio da Deliberação nº 65/2025, de 05/12/2025.

Considerando as especificações do parágrafo 5º do art. 37 do Decreto nº 8.945/2016, o Programa tem como objetivo promover a implementação da estratégia da empresa e o atingimento dos resultados desejados, através da vinculação de parcela acrescida à remuneração anual dos membros da Diretoria Executiva da Companhia, considerando o seu desempenho e, ainda, a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional dos seus diretores. Para tal, conta com os seguintes indicadores:

Tabela 18 – Indicadores e metas do programa de Remuneração Variável de 2025 da CDC

Dimensões	Indicador	Fórmula de Cálculo	Meta	Un.	Peso
Econômico Financeiro	EBTIDA	Resultado antes IR- Amortização - Depreciação - Variações monetárias - outros custos	10.783	R\$ mil	10%
	Eficiência Administrativa	(Despesa administrativa - Despesa com pessoal / Receita operacional líquida)	0,25	índice	5%
	Execução dos investimentos previstos na LOA 2025	(Valor Executado LOA 2025 / Valor Aprovado LOA 2025)*100	26	%	10%
	Eficiência Operacional	(Despesa total com pessoal / receita operacional líquida)	0,32	índice	5%
Políticas Públicas	Movimentação de cargas	(Total movimentado no período - Total movimentado no período anterior / Total movimentado no período anterior) *100	0,13	%	25%
	Varição do Índice de Desempenho Ambiental (IDA)	(Última pontuação auferida do IDA – penúltima pontuação do IDA)/penúltima pontuação do IDA*100	2	%	25%
Governança Corporativa	Melhoria no Índice de Gestão das Autoridades Portuárias (IGAP)	(IGAP do exercício 2026 - IGAP do exercício 2025)/IGAP do exercício 2025)*100	1	%	10%
	Indicador de Conformidade Sest (IC-Sest)	Pontuação recebida	900	Pontos	10%

Fonte: CODPLA – Coordenadoria de Planejamento Estratégico / CODFIN – Coordenadoria Financeira (2026)

Atualmente o atingimento das metas do programa e de seus gatilhos de acionamento encontram-se em processo de avaliação pela Companhia.

3.8. Inovações em governança corporativa

Em 2025, a Companhia seguiu com a estratégia de mapeamento, diagnóstico e melhoria de processos de governança, tendo alcançado avanços na gestão de conformidades, sendo possível registrar melhorias em diversas áreas e processos, gerando ganhos de ordem financeira e redução de riscos à integridade, conforme listados a seguir:

- **Reunião de Monitoramento de Resultado:** análise aprofundada dos indicadores estratégicos e acompanhamento mensal do desempenho da Companhia, garantindo um monitoramento mais eficaz e orientado para a tomada de decisões;
- **Escritório de Projetos** com o apoio ao planejamento e ao gerenciamento dos projetos estratégicos da Companhia, utilizando as boas práticas em metodologia de gestão de projetos (PMBOK/BPMN);
- Em 2025, foi mantido e aperfeiçoado o Comitê ESG da CDC, instituído desde 2024, caracterizado por composição multidisciplinar, o qual concentrou seus esforços ao longo do exercício na condução e no acompanhamento do processo de certificação junto ao Programa Selo ESG-FIEC, reconhecido como uma das principais iniciativas de acreditação empresarial do Estado do Ceará. O processo de certificação exigiu amplo envolvimento das áreas da Companhia, com a organização e atendimento a 74 indicadores distribuídos nas dimensões ambiental, social e de governança. A atuação integrada das equipes permitiu à CDC alcançar o *rating* BBB na 13ª edição do Selo ESG-FIEC, reconhecimento que posiciona a Companhia entre as organizações cearenses com práticas estruturadas e alinhadas aos princípios contemporâneos de sustentabilidade e de gestão responsável. É a CDC a primeira estatal a ser reconhecida com esse prêmio. A certificação representa marco relevante para a Companhia, não apenas como instrumento de conformidade e reputação institucional, mas como diferencial competitivo frente ao mercado portuário, investidores, parceiros e sociedade.
- **Conclusão do Plano de Descarbonização do Porto de Fortaleza:** plano elaborado em parceria com a *Fundación Valenciaport*, estabelecendo diagnóstico completo das emissões de gases de efeito estufa e diretrizes estratégicas para redução progressiva até 2050, com

proposição de iniciativas técnicas e operacionais voltadas à transição para um porto de menor impacto climático.

- Conclusão do Estudo de Diagnóstico Territorial dos bairros do entorno do Porto de Fortaleza — Cais do Porto, Mucuripe e Vicente Pinzón — instrumento que amplia a compreensão do contexto socioeconômico local e fortalece a estratégia porto-cidade. O diagnóstico consolida informações estruturadas sobre aspectos econômicos, educacionais, culturais e socioambientais, subsidiando futuras ações institucionais mais assertivas e promovendo maior interação e proximidade com as comunidades do entorno.
- Contratação do sistema ERP: Após anos de esforços para recomposição dos sistemas corporativos, em especial após os impactos do ataque cibernético sofrido pela CDC, foi concluído o processo licitatório e definida a solução tecnológica adequada às necessidades institucionais. A implantação do novo sistema teve início em novembro de 2025, representando avanço significativo na modernização da gestão, no fortalecimento dos controles internos, na integração de processos e na transparência das informações.